

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Arqueologia
Curso de Bacharelado em Antropologia
Linha de formação em Antropologia Social e Cultural



Trabalho de Conclusão de Curso

ANTROPOLOGIA EM AÇÃO:

etnografia sobre o Centro de Reabilitação Visual Louis Braille em Pelotas-RS

Guilherme Rodrigues de Rodrigues

Pelotas, 2018

Guilherme Rodrigues de Rodrigues

ANTROPOLOGIA EM AÇÃO:

etnografia sobre o Centro de Reabilitação Visual Louis Braille em Pelotas-RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia com linha de formação em Antropologia Social e Cultural.

Orientadora: Dra. Claudia Turra Magni

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R696a Rodrigues, Guilherme Rodrigues de

Antropologia em ação : etnografia sobre o Centro de
Reabilitação Visual Louis Braille em Pelotas-RS / Guilherme
Rodrigues de Rodrigues ; Claudia Turra Magni, orientadora.
— Pelotas, 2018.
75 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Antropologia – Antropologia Social e Cultural ou Arqueologia)
— Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de
Pelotas, 2018.

1. Antropologia urbana. 2. Antropologia visual. 3. Cidade.
4. Deficiência visual. 5. Centro de Reabilitação Visual Louis
Braille. I. Magni, Claudia Turra, orient. II. Título.

CDD : 306

Guilherme Rodrigues de Rodrigues

ANTROPOLOGIA EM AÇÃO: etnografia sobre o Centro de Reabilitação Visual Louis
Braille em Pelotas-RS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Antropologia com linha de formação em Antropologia Social e Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 13 de março de 2018.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Claudia Turra Magni (Orientadora)

Doutora em Antropologia Social e Etnologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Profa. Dra. Patrícia dos Santos Pinheiro

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Adriane Luisa Rodolpho

Doutora em Antropologia Social e Etnologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Agradecimentos

Penso que agradecer a quem nos auxilia é uma atitude generosa: além de provocar na outra pessoa uma sensação de satisfação e felicidade, nos ajuda a reconhecer que não somos sozinhos, não vivemos a sós e, tampouco, realizamos qualquer coisa isoladamente. Gratidão, para mim, é sentimento constante até mesmo nos momentos difíceis, pois nesses aprendemos e amadurecemos um pouco mais para trilhar nossas trajetórias de vida.

Sou grato a minha família consanguínea materna, da qual se destacam alguns membros sempre presentes em minha formação humana: meus padrinhos, tia Tania e tio Nenê (Luiz), os quais desde meu nascimento fornecem apoio, educação e carinho, bem como minha tia Vania e sua filha Monica (minha prima), que zelam por mim e contribuem com orientações e incentivos, sempre. Aos meus pais, claro, que me geraram e educaram, garantindo minhas escolhas suficientes para que eu me mantivesse no caminho do aperfeiçoamento constante através dos estudos.

Contudo, desses dois últimos destaco essencialmente minha mãe, Rosana. Sua generosidade é grande: há quase 23 anos de dedicação intensa e exclusiva a mim, seu filho. Com toda a aparência pacata, doce e silenciosa, reserva no seu interior uma força invejável, capaz de movê-la de situações praticamente irreduzíveis e incontornáveis para condições plenamente ressignificadas de sua vida. Embora sempre demonstre insegurança e medo para dar mais um passo, sua determinação em superar tempestades para desfrutar da bonança faz dela a mulher de fibra que é. E eu sou grato a ela exatamente por isso. Por ensinar valores tão humanos e sensíveis. Por ensinar o significado do que é amar incondicionalmente. Por ensinar o que é resistir, resiliência. Por ensinar. Mãe, muito obrigado!

E, com toda certeza, os vínculos familiares não são dados somente por descendências consanguíneas, mas também por laços afetivos e sociais gerados ao longo da vida. Irmãos, mães, pais, primos, tias, avós acabam surgindo em nossas trajetórias, devido aos afetos intensificados em cada relação de amizade. Dentro da comunidade católica onde cresci e nunca me desvinculei (por mais que há um bom tempo que não seja mais a religião cristã em si que me conecte a ela), adquiri inúmeros desses vínculos. Mães que me adotam e me criam para a vida também.

Scheila, Marilu, Otília, Nara, Sirlei, Joana, Lia, Regina, obrigado pela presença constante de vocês. Somente juntos é que conseguimos seguir em frente. E, com toda certeza, isso é um valor cristão de nossa comunidade que permanece há 30 anos.

Ainda sobre a família social que se constrói com a vida, agradeço o imenso amor, carinho, afeto e parceria da Ilda, Marcos, Shirley, Nizah e Sara. Vocês formam também minha base, estrutura da qual nunca caio, pois vocês me seguram nesse momento. Obrigado, sempre!

Aos professores e professoras do meu curso de graduação, presto meus sinceros agradecimentos. Cada um que passou por minha formação trouxe um punhado de saber e experiência que constitui hoje quem me tornei. E, não só contribuíram para essa formação, como ensinaram a me reinventar, desconstruir e construir novamente, garantindo a constante transformação necessária do olhar para fazer antropologia. Uma ênfase de gratidão a Flavia Rieth, Adriane Rodolpho, Francisco Neto e Louise Alfonso, professoras e professor do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos – GEEUR – os quais marcaram significativamente minha trajetória acadêmica.

Ao Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som – LEPPAIS – “minha casa”, onde busquei formar maior parte de minha área de pesquisa. Agradecimento ao Hamilton Bittencourt, técnico de imagem do Laboratório, o qual sempre me auxiliou e ensinou (e continua) toda e qualquer questão de produção visual.

Um carinho especial para minhas duas professoras e amigas, Claudia Turra Magni e Patrícia Pinheiro. Agora um pouco mais distante de nós fisicamente, após sua estadia no curso como professora e pesquisadora de pós-doutorado, Patrícia foi aquela parceria que deu certo. Fico extremamente grato por todo o apoio dado durante a graduação, o término e o início de meu mestrado. Com certeza, mais um laço afetivo familiar formado aqui, pois suas contribuições não servem apenas de orientação acadêmica e de pesquisa, mas sim para a vida.

Claudia Magni, já tive várias oportunidades de expor a enorme admiração que tenho por ti. Sigo dizendo que “quando crescer quero ser como você”. Admiro a sua competência como docente, sua elegância e sutileza de dizer “sim” e “não”, a humanidade em suas ações, a criatividade em todo seu trabalho, a dedicação para

tudo aquilo que se compromete e a imensa capacidade de escuta e compreensão. Nesses quatro anos de convivência contigo aprendi tanto, que sou incapaz de quantificar isso tudo que adquiri. Minha admiração só cresce. Uma verdadeira mestra do ensino. Obrigado por tudo!

Agradeço a oportunidade gerada através do curso de conhecer colegas tão especiais. Simone, Jhonatan, Estefani e Maysa se tornaram grandes parceiros da vida, irmãos que levarei comigo por tamanha sintonia que adquirimos ao longo desse período. Juntos nos transformamos! E também agradeço pelo apoio dos demais colegas e amigos que caminharam juntos, sendo difícil citar todos. Amanda, Dani Borges, Tanize, Paulo (e sua esposa, Gisa), Isabel, Andressa, Nicole, Marta Bonow, Simone Assis, e tantos outros colegas que não foram citados, fica o agradecimento e homenagem de carinho. Todos estão sempre comigo.

A Nicole Benemann, que tanto me motivou com sua criatividade e incentiva com tantos momentos, agradeço pela disposição de ter confeccionado comigo a oficina das tintas e participado presencialmente em campo. A Andressa Pereira, pela enorme contribuição com a câmera em campo, participando comigo de várias oficinas, agradeço tamanha vontade de ajudar. Assim como a Martha Ferreira, colega que inicia a graduação, agradeço por ter aceitado o convite de conhecer o universo de minha pesquisa e ir a campo comigo.

Por fim, não menos importante, agradeço a todas as pessoas envolvidas com a Associação Escola Louis Braille, especialmente aquelas ligadas ao Centro de Reabilitação Visual. A suas coordenadoras, Vanice e Thais, bem como a assistente social do Centro, Juliana, pelas portas que abriram para mim e recepção da proposta de meu trabalho. A todos interlocutores e interlocutoras, sinceros agradecimentos. Sem vocês, não haveria trabalho e pesquisa.

“O inimigo do bom é o ótimo.”

Resumo

RODRIGUES, Guilherme Rodrigues de. **ANTROPOLOGIA EM AÇÃO: etnografia sobre o Centro de Reabilitação Visual Louis Braille em Pelotas-RS**. 2018. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia Social com linha de formação em Antropologia Social e Cultural) – Departamento de Antropologia e Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Esta pesquisa etnográfica realizada entre 2016 e 2017 no Centro de Reabilitação Visual (CRV) da Associação Escola Louis Braille em Pelotas-RS, como Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia, propõe uma reflexão sobre a relação entre as pessoas com deficiência visual e a cidade. Na interface da Antropologia Urbana, Antropologia Visual e História Social, discuto, dentre as formas de exclusão social promovidas na cidade, os problemas da acessibilidade enfrentados pelos cegos e pessoas com baixa visão. Para além de uma abordagem biomédica, trato o tema da deficiência visual a partir do ponto de vista social. No trabalho de campo, propus a realização da “Oficina Viver o Corpo”, conjunto de cinco atividades temáticas explorando os sentidos do corpo humano, que constituem os dados etnográficos privilegiados. A produção de desenhos e fotografias integraram-se à observação participante como técnicas privilegiadas do método e da escrita etnográficas.

Palavras-chave: antropologia-urbana; antropologia-visual; cidade; deficiência-visual; Centro-de-Reabilitação-Visual-Louis-Braille.

Abstract

RODRIGUES, Guilherme Rodrigues de. **ANTHROPOLOGY IN ACTION: ethnography on the Centro de Reabilitação Visual Louis Braille in Pelotas, RS.** 2018, 75f. Conclusion Work. (Bacharelado em Antropologia Social with line of formation in Antropologia Social e Cultural) – Departamento de Antropologia e Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

This ethnographic research carried out between 2016 and 2017 at the Centro de Reabilitação Visual (CRV) of the Associação Escola Louis Braille in Pelotas-RS, as a Conclusion Work in Anthropology, proposes a reflection on the relationship between visually impaired people and the city. At the interface of Urban Anthropology, Visual Anthropology and Social History, I discuss, among the forms of social exclusion promoted in the city, the problems of accessibility faced by the blind and people with low vision. In addition to a biomedical approach, I treat the issue of visual impairment from a social point of view. In the field work, I proposed the realization of the "Living the Body Work", a set of five thematic activities exploring the senses of the human body, which constitute the privileged ethnographic data. The production of drawings and photographs were integrated with participant observation as privileged techniques of ethnographic method and writing.

Keywords: urban-anthropology; visual-anthropology; city; visual-impairment; Centro-de-Reabilitação-Visual-Louis-Braille.

Lista de Figuras

Figura 1 - Fachada do Centro de Reabilitação Social (CRV)	23
Figura 3 – Desenho de campo	32
Figura 2 – Desenho de campo	32
Figura 4 – Desenho de campo	33
Figura 5 - Dona Selma. Foto de Andressa Pereira.....	39
Figura 6 - Foto de Andressa Pereira	39
Figura 7 - Deise: Secretária de Fiscalização da Prefeita Selma. No meio, Regina, representando a Associação de Cegos. Na ponta da direita, Dona Maria. Foto de Andressa Pereira.....	41
Figura 8 - Seu Claudio. Foto de Guilherme Rodrigues.....	42
Figura 9 - Foto de Andressa Pereira	45
Figura 11 - Foto de Andressa Pereira	46
Figura 10 - Foto de Andressa Pereira	46
Figura 12 - Foto de Andressa Pereira	47
Figura 13 - Claudio e Angela. Foto de Andressa Pereira	48
Figura 14 - Angela e Anderson. Foto de Andressa Pereira.....	49
Figura 15 - Seu Isabelino. Foto de Guilherme Rodrigues	50
Figura 16 - Foto de Andressa Pereira	53
Figura 17 – Regina. Foto de Andressa Pereira	54
Figura 18 – Noeli. Foto de Andressa Pereira	54
Figura 19 – Anderson. Foto de Andressa Pereira	55
Figura 20 - Foto de Andressa Pereira	55
Figura 21 – Nara. Foto de Andressa Pereira.....	56
Figura 22 - Foto de Andressa Pereira	56
Figura 23 - Martha (à esquerda) e Nicole (à direita). Foto de Guilherme Rodrigues.	61
Figura 24 - Foto de Guilherme Rodrigues	62
Figura 25 - Foto de Guilherme Rodrigues	62
Figura 26 - Edi, Adão e Estefani (estagiária). Foto de Guilherme Rodrigues.....	63
Figura 27 - Foto de Guilherme Rodrigues	63
Figura 28 - Fotos de Andressa Pereira	64
Figura 29 - Foto de Andressa Pereira	65

Figura 30 - Foto de Andressa Pereira	66
Figura 31 - Foto de Guilherme Rodrigues	67
Figura 32 - Giorgina. Foto de Martha Rodrigues	67
Figura 33 - Foto de Martha Rodrigues	68
Figura 34 – Regina. Foto de Andressa Pereira	68
Figura 35 - Alexandre "Xande", acompanhado de sua mãe. Foto de Guilherme Rodrigues	69
Figura 36 - Ítina (à esquerda), Edi e Adão. Foto de Guilherme Rodrigues.....	69
Figura 37 - Clóvis (à esquerda) e Marion. Fotos de Guilherme Rodrigues	70
Figura 38 - Fotos de Guilherme Rodrigues	70
Figura 39 - Foto Coletiva	71
Figura 40 - Foto Coletiva	71

Sumário

Introdução	13
CAPÍTULO 1	18
1 O interesse pela imagem visual e por quem não tem acesso a ela: o caso da Escola Louis Braille	18
1.1 O tema da deficiência: para além da visão biomédica.....	19
1.2 A escola Louis Braille e o mergulho no trabalho de campo	21
CAPÍTULO 2	24
2 Cidade e Desenho	24
2.1 Pelotas burguesa, à francesa: dos padrões urbanos à exclusão social ...	24
2.2 Desenhar para observar	28
CAPÍTULO 3	34
3 Trabalho de campo: Oficina viver o corpo	34
3.1 Etnografia em imagens	35
3.2 Oficina: Acessibilidade da cidade – conflitos no cotidiano.....	37
3.3 Oficina: Política – o jogo das eleições	38
3.4 Oficina: Sons da cidade e o apito do trem	44
3.5 Oficina: Objetos táteis – conexões com museus e patrimônio.....	53
3.6 Oficina: Tintas Comestíveis – Aquarelas de pigmentação orgânica	61
Considerações Finais	72
Referências	73

Introdução

A visão, nas sociedades contemporâneas ocidentais, é um sentido muito valorizado e erroneamente concebido de forma isolada aos demais sentidos que nos colocam em interação recíproca com o mundo. A partir dela, percebe-se o ambiente em que se vive, constrói-se a cidade, os espaços internos e externos das construções, criam-se padrões estéticos, de modo que a visão parece ser a única forma possível de nos relacionarmos com o meio em que habitamos.

Contudo, observando pessoas com deficiência visual, surgem questões sobre como elas se relacionam com esses lugares planejados para serem experimentados e vividos através da visão, principalmente. Assim, é possível perceber processos de transformações nas formas de habitar o espaço por essas pessoas, assim como as reconfigurações da cidade para que isso ocorra.

Em 2016, provocado por discussões sobre o tema na disciplina de Arqueologia Pública de meu curso de graduação, busquei aproximação com a Associação Escola Louis Braille em Pelotas, uma instituição referência em atendimento às pessoas com deficiência visual na região sul do Rio Grande do Sul. Com o objetivo de conversar sobre Antropologia, Arqueologia e deficiência visual, propus oficinas temáticas sobre texturas e trançados étnicos, finalizando-as com a construção de um cesto de jornal. As observações e dados desses encontros embasaram o trabalho de conclusão da disciplina e inspiraram a retomada da pesquisa em 2017 para a construção de meu trabalho de conclusão de curso de graduação.

O método etnográfico ampara a concepção desta pesquisa. A observação participante é uma de suas técnicas, permitindo conviver e, simultaneamente, analisar as pessoas em seus contextos sociais. Está longe de ser uma mera entrevista, caracterizada quase que como uma “conversa terapêutica” entre duas pessoas, tal como critica Claudia Fonseca (1999), quando trata de frequentes equívocos no recurso ao método etnográfico, visto que esta técnica tende a evidenciar muito mais os aspectos pessoais do que o contexto social em que se insere o sujeito. Com isso, seguindo o raciocínio desta autora, o caráter etnográfico está conferido na amarração do contexto social, sendo indispensável o exercício da observação participante, a qual trará hipóteses teóricas a partir e através do trabalho de campo e das representações dos interlocutores feitas por eles próprios. O relato etnográfico resultante desta

experiência interpessoal e intransferível será produto da análise feita do particular ao geral e não do isolamento de um caso recortado de determinado contexto (FONSECA, 1999).

Para isso, “olhar, ouvir e escrever”, como nos indica Roberto Cardoso de Oliveira (2006), são elementos indispensáveis nesse processo: olhar e ouvir são maneiras de ver a realidade do outro, afinadas por um aporte teórico, ao passo que escrever, com o mesmo afinamento, é outro momento de suma importância, separado da imersão no campo, mas igualmente intenso pela necessidade de transmitir a terceiros, os meandros das situações partilhadas com nossos interlocutores. É o instante em que se retorna das vivências experimentadas em trabalho de campo e se disserta sobre os dados empíricos, articulando-os com as teorias antropológicas (*idem*).

Também é fundamental pensar nesta relação entre “estar lá, escrever aqui” (GEERTZ, 2009), na qual fazemos o movimento de mergulhar no universo de pesquisa, observando e interagindo com nossos interlocutores, e retornar ao lugar de origem para realizar a escrita. Roberto Cardoso de Oliveira (2006) compreende o “estar lá” de Geertz como o “olhar e ouvir”, e o “estar aqui”, daquele mesmo autor, como o “escrever”.

Contudo, para além dessa reflexão, alinho-me às críticas de Tim Ingold (2015), a partir das quais ele diz que “antropologia não é etnografia”. O autor está pensando que antropologia não será feita na escrita etnográfica, *a posteriori*, mas sim em um engajamento com o próprio campo (INGOLD, 2015). Por esse motivo, compreendo as próprias oficinas realizadas na Associação Louis Braille como esse “fazer antropologia” pois, em campo, construo na prática juntos aos interlocutores e interlocutoras, algo demandado pela Instituição e por eles próprios. O próprio título dessa pesquisa, “Antropologia em Ação”, está inspirado nas ideias do autor, no intuito de sugerir o fazer da antropologia em campo.

Após essa imersão em campo, visando um exercício de conclusão de disciplina, a pesquisa foi retomada em agosto de 2017, junto aos grupos atendidos pelo CRV – agora com propósito de desenvolvimento uma nova oficina, ciente de que atividades práticas são requisitos para minha estadia na Instituição. E, acima de tudo,

elaboro esse trabalho pela própria aprovação dos interlocutores, que sempre falaram com entusiasmo das atividades e da forma com que conduzo elas.

Designada “Viver o Som”, este ateliê foi inspirado por concepções de Tim Ingold (2008) a respeito de suas reflexões expressas no texto “Pare, Olhe, Escute! Visão, audição e movimento humano”. Busquei refletir sobre o fato das percepções estarem associadas ao conjunto indissociável e complexo de todos os sentidos corporais, sem valorização específica de um deles.

Quando Ingold (2015) traz críticas ao conceito de paisagem sonora, em seu livro “Estar vivo”, explicita os caminhos pelos quais se comete erros ao se distanciar do fenômeno do som, numa interpretação do mundo a partir de suas formas acústicas. Esses caminhos mostram quão condicionados estamos a valorizar separadamente nossos sentidos, sem compreendê-los como um conjunto de sensores que se complementam um ao outro e sem que haja, necessariamente, um sentido mais “importante”. Valorizar a audição sob o conceito de paisagem sonora, no exercício de evidenciar esse sentido que ficou negligenciado em relação à visão, é permanecer em um caminho equivocado de interpretação.

Por quatro motivos, Ingold (2015) indica que abandonemos o conceito de paisagem sonora. Primeiro, porque ele considera que o ambiente que experimentamos, conhecemos e no qual nos movimentamos não está fatiado em linhas sensoriais. “O mundo que percebemos é o mesmo mundo, seja qual for o caminho que tomemos, e, ao percebê-lo, cada um de nós age como um centro indiviso de movimento e consciência” (INGOLD, 2015, p.206). Por esse motivo, o autor não concorda com a multiplicação de paisagens de todo tipo possível.

O segundo motivo consiste no cuidado de não cair na armadilha de confundir visão com imagem, assim como audição com gravação de sonoridade (INGOLD, 2015). Isso porque o autor reflete sobre a paisagem se tornar visível no momento em que é apresentada por alguma fotografia ou desenho, despojando-a de qualquer dimensão sensorial. Da mesma forma, a paisagem se tornaria “audível” quando apresentada por alguma técnica de arte sonora ou gravação.

Para alguns autores que escreveram sobre a história da visão, os órgãos já foram pensados enquanto meios de reprodução. Esses imaginavam os olhos alojados na imagem e não no corpo observador, como se eles vissem por nós. Diversamente,

Ingold (2015, p.207) concebe os ouvidos e os olhos como “órgãos de observação, e não instrumentos de reprodução. Assim como usamos nossos olhos para ver e olhar, também usamos nossos ouvidos para ouvir conforme avançamos no mundo”.

O som é “um fenômeno de experiência - isto é, da nossa imersão no, e mistura com o mundo em que nos encontramos” (INGOLD, 2015, p.208). Por isso, não ouvimos o som e nem vemos a luz, o que consiste no terceiro motivo pelo qual o autor critica o conceito de paisagem sonora: “não faz sentido, pela mesma razão que um conceito de “paisagem luminosa” não faria” (INGOLD, 2015, p.208). Para ele, ouvimos no som e vemos na luz. O som e a luz não seriam os objetos, mas sim o meio de percepção.

Pela mesma linha de reflexão vem o quarto motivo crítico à paisagem sonora. “Uma vez que se baseia no conceito de paisagem, a paisagem sonora enfatiza as superfícies do mundo em que vivemos. Som e luz, no entanto, são infusões do meio no qual encontramos o nosso ser e pelo qual nos movemos” (INGOLD, 2015, p.209).

Pensando nisso, as atividades das oficinas que propus na Associação Escola Louis Braille implicam em “viver o corpo”, para além de viver a audição e a visão. Estimular todos os sentidos para perceber e interpretar o meio em que vivemos foi um objetivo a ser alcançado. Para tanto, foram previstas atividades de imersão nos sons da cidade, enfatizando singularidades, como os sons do apito do trem, do ônibus, do centro movimentado, entre outros. Também foram programados momentos de discussão política, sobre a cidade, de trabalho com materiais táteis e de experimentações com a concepção da cor. Para essa última foi preparado um “tempero” para as cores, no intuito de concebê-las pelo olfato, associadas a elementos da alimentação diária. No capítulo três estarão os detalhes de cada atividade.

Apresento, então, a pesquisa etnográfica realizada no Centro de Reabilitação Louis Braille (CRV). Dividido em três capítulos, este trabalho abordará concepções de cidade, desenho em antropologia e antropologia visual. Através dessas áreas conceituais, apresento uma reflexão sobre a deficiência visual, a Associação e o CRV, onde foram realizadas as oficinas.

No capítulo um, apresento minha trajetória de vida em conexão com a imagem, culminando no momento em que me sinto chamado a ir para campo e conhecer mais sobre a vida das pessoas com deficiência visual. Na sequência, problematizo o

descompasso entre as abordagens biomédica e social em relação à deficiência, encerrando o capítulo com a apresentação da Associação Escola e o campo no Centro de Reabilitação Visual.

O capítulo dois integra uma perspectiva histórica e antropológica sobre a concepção de cidade moderna, enfatizando a relevância de um modelo parisiense copiado por Pelotas, dentre várias cidades Ocidentais. Com essa reflexão, apresento as contradições urbanas que levam às várias formas de exclusão social, especialmente, de pessoas com deficiência visual. Na sequência do capítulo, trago a importância do recurso ao desenho na pesquisa antropológica, destacando o modo como esta linguagem contribuiu para a etnografia.

No capítulo três apresento o desenvolvimento da “Oficina Viver o Corpo”, ministrado por mim no CRV. Faço uma reflexão sobre a especificidade do etnografar com imagens, a partir das cinco oficinas realizadas com os dois grupos da Instituição.

A conclusão retoma as principais ideias desenvolvidas nos três capítulos, enfatizando a importância de discutir criticamente sobre cidade, Pelotas e deficiência visual, a partir de conceitos da Antropologia Urbana e Visual.

CAPÍTULO 1

1 O interesse pela imagem visual e por quem não tem acesso a ela: o caso da Escola Louis Braille

Meu interesse pela imagem vem desde sempre comigo. Lembro-me já na infância de gostar de tirar muitas fotos dos lugares que conhecia, de minha família, de flores, etc. Ainda criança, posso dizer, ao ingressar no Instituto Federal Sul-rio-grandense - *campus* Pelotas (IFSul), no Curso de Eletrônica, em 2010 (completando quinze anos em agosto), me direcionei para o Clube de Astronomia e Astronáutica. Nesse, além dos projetos de foguetes de garrafas pet, me dediquei aos estudos da astrofotografia, estando um período com bolsa de pesquisa, inclusive.

Foi em 2014, então, adentrando ao espaço do Curso de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, que conheço a área de estudos em Antropologia da Imagem. A apresentação entusiasta de Claudia Turra Magni sobre os projetos do Laboratório de Ensino, Produção e Pesquisa em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS) me faz descobrir um novo universo a ser explorado, o qual desperta em mim as maiores motivações para estudo e produção.

O tempo passa, meu contato com a Antropologia da Imagem aumenta junto com minha obsessão pelas visualidades. Tive oportunidade durante minha trajetória no Curso de conhecer muitos campos e trabalhar com imagem neles, através dos projetos dos professores e professoras: comunidade rural, quilombola, pessoas em situação de rua, terreira de umbanda, periferia (Passo dos Negros), comunidade ferroviária do Bairro Simões Lopes, dentre outras atividades pontuais em outros grupos.

Contudo, no quinto semestre, em 2016/01, tive uma espécie de “choque” com a obsessão pela imagem. Pensava ela sempre como uma linguagem inclusiva para as pessoas de dentro e fora da academia, potencializando discussões sobre várias temáticas e proporcionando a difusão de um saber restrito àqueles que possuem o poder da escrita. Escrever com imagem, para mim, era a forma perfeita e o caminho a ser trilhado, nesse intuito de aproximar a antropologia das pessoas. Naquele semestre, realizamos estudos sobre Arqueologia Pública, ministrados pela professora Louise Alfonso. Através de um debate crítico sobre o modo tradicional de fazer

arqueologia, procurou-se valorizar e estabelecer um diálogo com as comunidades do presente, investigando quais suas relações com os espaços “históricos” que ali estão para serem desbravados pela arqueologia. Num modo tradicional de pensar essa ciência, a materialidade e espacialidade seriam analisadas por elas mesmas, sem dialogar com as pessoas do presente sobre aquele espaço que, atualmente, é delas.

Numa das aulas daquele semestre, conhecemos um projeto de maquetes táteis de um museu de São Paulo. Esse objetivava expor alguns sítios arqueológicos da região, aproximando a comunidade de pessoas com deficiência visual da arqueologia. No fim, a exposição deu mais errada do que certa, pois por não dialogarem com a comunidade em questão, não souberam preparar o ambiente para recebe-la: havia objetos no caminho, má disposição dos móveis, coisas soltas pelo ambiente, entre outros detalhes que passaram despercebidos por quem organizou aquele evento.

A partir disso, surgiram as questões: é possível ser um arqueólogo, tendo deficiência visual? E um antropólogo? Como fica a própria observação etnográfica? A “descrição densa”, tão buscada pelos antropólogos, seria viável?

Percebi a falha da imagem que tanto achava inclusiva. Percebi quão visual é a organização de nossa sociedade. Esse foi meu “choque”. Aceitei a crítica para mim mesmo. Comecei a relativizar tudo que era concebido pela visão, colocando-me no lugar de quem não a tem, e vi quão falho é o ambiente em que vivemos.

1.1 O tema da deficiência: para além da visão biomédica

Ainda há muito que percorrer para pensarmos tantas questões sociais pulsantes em nossa sociedade. Racismo, xenofobia, homofobia, intolerância religiosa, entre outras inúmeras formas de preconceito e aversão ao diferente, ao inesperado pelos discursos hegemônicos. No que tange ao tema da deficiência, é possível ver a mesma larga trilha a ser percorrida até abrirmos mão de uma visão biomédica sobre o assunto, para uma visão social. “Ser cego é apenas mais uma das formas corporais de estar no mundo” (DINIZ, 2007, p.7).

No presente trabalho, o tema da deficiência visual está em evidência pelo fato dos interlocutores serem todos vinculado a um Centro de Reabilitação Visual. Mapeando a área de estudos e pesquisas sobre deficiência, assim como mantendo

contato com outros pesquisadores da temática, percebo a complexidade do assunto, com todos os seus pormenores e debates em aberto. Este trabalho, por exemplo, poderia ser inteiramente dedicado ao tema, com fôlego de discussões para avançar em um mestrado e doutorado, mesmo sendo escassas as pesquisas na área. Contudo, detenho-me aqui a introduzir esta temática, inspirado especificamente no livro “O que é deficiência”, de Debora Diniz (2007).

Na obra, os esforços da autora são no sentido de abordar historicamente as discussões sobre o assunto, o conflito entre as visões biomédica e social, conceitos, definições, políticas e apontamentos para os prováveis trajetos da temática no futuro. Seu principal objetivo é apresentar argumentos suficientes para que se compreenda a deficiência (e, conseqüentemente, a deficiência visual) de um ponto de vista social e evidenciar que o modelo biomédico para tratar da questão, não efetiva resultados.

“Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente” (DINIZ, 2007, p.9). A frase da autora traz o primeiro conceito básico para pensarmos, no modelo social, sobre pessoas com deficiência. Ela coloca que devemos compreender as lesões¹ nos corpos como uma diferente forma de habitar o espaço. Assim, a experiência da deficiência é uma questão social, e não biomédica (conforme se reflete a partir da autora), pois se refere ao ambiente onde se vive e é tratado como um corpo diferente, o qual é deficiente.

Para demonstrar melhor a ideia, seria possível pensar na experiência da deficiência na terceira idade. O corpo, nesse momento, possui uma forma diferente de se relacionar com a vida, os ambientes em que habita, por estar envolto em uma série de limitações físicas ou sensoriais. Mas é apenas uma forma diferente de viver. Quem dirá que esse corpo é “anormal” são os grupos hegemônicos que criam discursos sobre padrões de estética, saúde e bem-estar (DINIZ, 2007). Dessa forma, “a experiência da deficiência não é resultado de suas lesões, mas do ambiente social hostil à diversidade física” (*idem*, p.13), o qual oprime e promove a exclusão daquele seguimento que não é o esperado por seu padrão.

¹ Entendamos por lesão tudo aquilo que causa uma modificação corporal, tornando a pessoa fisicamente diferente do esperado de um padrão imposto por um discurso hegemônico (cegueira, limitações cognitivas, limitações físicas, etc.).

Na visão biomédica, o corpo com lesão deve ser tratado pela medicina. Um ponto de vista, inclusive, partilhado pelo modelo social. Mas o primeiro modelo pensa também que a deficiência é consequência de lesão, mantendo-se dentro dos assuntos biomédicos. Diferentemente, o segundo modelo entende a categoria “deficiente” como um processo de segmentação social, levando as pessoas a adquirirem a experiência da deficiência inseridas em uma categoria social (DINIZ, 2007). É então que se desenrolam longas discussões² sobre o tema, boa parte abertas até hoje, por ser um eterno conflito paradigmático entre a visão biomédica hegemônica e a visão social.

1.2 A escola Louis Braille e o mergulho no trabalho de campo

Em Pelotas, há a Associação Escola Louis Braille, um complexo de três instituições associadas para atendimento da comunidade de deficientes visuais. São essas: Escola Louis Braille (ensino fundamental até quinto ano), EEJA (Escola de Ensino de Jovens e Adultos com deficiência) e o CRV (Centro de Reabilitação Visual). Prestes a completar 66 anos de existência, fundada em 10 de junho de 1952, a Instituição, localizada no centro da cidade, atende mais de vinte municípios de toda a região. Só pelo CRV já mantiveram 1033 pessoas atendidas. Atualmente, mantém 604 pacientes.

Em 2016, para realizar um ensaio etnográfico, no intuito de concluir a disciplina de Arqueologia Pública, adentro os espaços da Associação, motivado pelas questões surgidas em sala de aula, as quais não recebem respostas tão rápidas e diretas assim. Na negociação com as coordenações do complexo institucional para minha entrada em campo, elas solicitaram que eu trouxesse algo “palpável” para os grupos, alguns objetos e, de preferência, alguma atividade prática a ser desenvolvida com eles.

² A própria questão da nomenclatura é uma discussão que se apresenta em aberto. Embora “pessoas com deficiência” seja a expressão mais recorrente e “aceitável”, essa ainda é questionada pelos pensadores do assunto. Na visão biomédica a expressão adquire sentido, pois ela compreende que a lesão é a própria deficiência. Então, a pessoa está com deficiência (num sentido de posse). Contudo, na visão social, a nomenclatura mais representativa (conforme Débora Diniz sugere) seria “pessoa deficiente”, pois é apenas mais uma categoria social da sociedade, como a pessoa idosa, pessoa jovem, pessoa adulta, etc. No Centro de Reabilitação Visual, os interlocutores dessa pesquisa não parecem se deter muito nessas identificações. Comumente ouvia: “eu sou baixa visão”, ou “sou cego” (quando tem perda da visão total). Mas, não percebi nenhuma regra específica de como se identificavam. Narravam, apenas, sobre sua condição física, se identificavam pacientes do Centro e reproduziam expressões e nomenclaturas que já estiveram ou estão em voga.

Preparei, então, uma oficina de cestos de jornal, explorando o tema das tranças e texturas, inspirado por alguns materiais indígenas que teria acesso para leva-los.

A proposta explorava o trabalho manual a partir das tramas do pequeno cesto, atividade possível de ser realizada sem a visão. Levei alguns objetos étnicos, tais como cerâmicas, chocalhos, tranças, uma peneira e um pente. Com isso, fiz uma roda de conversa para o pessoal ouvir um pouco sobre arqueologia e antropologia, tocar nos objetos e, na sequência, fazer o pequeno cesto de jornal.

Enquanto as pessoas confeccionavam o produto, surgiram conversas que evidenciavam o habitar delas dentro da cidade. Falaram dos ônibus acessíveis só para deficientes físicos e não visuais, das calçadas, das reformas urbanas, do trânsito, das sinalizações, do poder público e até mesmo do próprio Louis Braille.

Ouvindo essas narrativas e estando apropriado dos escritos de Gilberto Velho (1978) em “Observando o familiar”, percebi que estava estranhando pessoas familiares, próximas aos meus espaços, pois partilhamos da mesma cidade. Assim, foi possível vislumbrar, nesta pesquisa, o interesse pelo campo de uma Antropologia Urbana, pois essa estuda, a partir das distâncias culturais dos diferentes grupos de nossa sociedade, as diversas lógicas de pertencimento e circulação desse espaço em comum (VELHO, 1980).

A oficina desenvolvida na Associação perpassou os três espaços acima referidos. Porém, o lugar onde melhor se adaptou foi no Centro de Reabilitação Visual (CRV). Neste, percebi que eu exploraria mais as questões dos circuitos urbanos que me interessaram. Nos outros grupos (da escola), senti que me faltaria instrumentação teórica e pedagógica para lidar com as pessoas, visto que minhas atividades incorporariam os roteiros de ensino de seus estudos. Não irei descrever etnograficamente os diários de campo daquele momento no intuito de manter o foco apenas nos grupos de pessoas com as quais trabalhei no ano de 2017 para essa pesquisa. Essa descrição está contida no capítulo três desse trabalho.



Figura 1 - Fachada do Centro de Reabilitação Social (CRV)

CAPÍTULO 2

2 Cidade e Desenho

Neste capítulo, proponho uma abordagem histórica e antropológica sobre a concepção de cidade. Meu intuito é apresentar Pelotas como consequência dos padrões urbanos idealizados pelos grupos hegemônicos desde os séculos XVIII e XIX, demonstrando como se ambientou a origem da exclusão social. Além dos métodos de observação participante para a pesquisa etnográfica, como apresentado na introdução, trago também a experiência com essa cidade através do desenho. Evidencio a importância do mesmo como um método de observação e descrição etnográfica.

2.1 Pelotas burguesa, à francesa: dos padrões urbanos à exclusão social

Uma doação de terras às margens da Lagoa dos Patos entre conhecidos, no ano de 1758, data a primeira notícia sobre a origem do município. Pelotas, que anteriormente havia sido Freguesia e Vila São Francisco de Paula, recebe esse nome em sua fundação, em 1835, por sugestão de um deputado que se inspirou nas embarcações feitas de couro e madeira que circulavam nos canais e arroios entre as charqueadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS).

Pelotas cresce a partir desse período, tendo como motor econômico o comércio, e especificamente, o charque e sua produção pela densa mão de obra escrava. A Estação Ferroviária se instala no município também no mesmo século, em consonância com o potencial econômico que Pelotas representava ao Rio Grande do Sul e ao Brasil.

Ainda por criar seus moldes urbanos, a cidade se desenvolvia à beira d'água, arroios e canais, onde era produzido o charque. As inúmeras charqueadas instaladas promoviam águas vermelhas de sangue e bolhas fétidas de ar dos restos bovinos que lá apodreciam. O suor do exaustivo trabalho escravo pingava como gotas de ouro no bolso da nova elite pelotense.

Barões, coronéis, doutores, comerciantes abastados, nenhum desses poderiam habitar, junto a suas famílias, lugares tão insalubres quanto as charqueadas.

Então, a malha urbana de Pelotas é tecida, crescendo em linhas xadrezas a partir da Catedral São Francisco de Paula. Essa, localizada no centro do município, se destaca por sua arquitetura imponente, ricamente ornamentada. Era como um símbolo de fundação da cidade, expressando a importância da religião católica para a elite que em sua volta se estabelecia. A inspiração europeia para a construção dos casarões, praças e decorações é evidente na arquitetura pelotense. Nada muito diferente de outras cidades do país (e do mundo) que tinham por modelo a Paris de Haussmann, com suas grandes reformas urbanistas do século XIX, que implicaram no disciplinamento do espaço urbano, abertura de vias, embelezamento de largos, destruição das formas antigas de ocupação, difíceis de controlar em momentos de rebelião.

Com a industrialização, a sociedade francesa do século XIX viu o surgimento de novas formas de habitar, novos estilos de moradia, a partir dos parâmetros forjados pela burguesia, que idealizava uma vida privada, um “lar” e redutos privados nos ambientes citadinos e no transporte público.

Em termos mais triviais, as classes dominantes, que têm ojeriza à plebe bronca e suja, acomodam-se nos locais públicos, e especialmente nos transportes coletivos, em nichos protetores: camarotes de teatro que prolongam o salão, cabines de navios ou banhos públicos, compartimentos de primeira classe evitam promiscuidade e preservam distinções. (PERROT, 2006, p. 307)

Michelle Perrot, em sua análise histórica da vida privada na sociedade europeia, traz a concepção de cidade que estava se constituindo no século XIX, a partir dos valores da burguesia, cujo ápice estava na própria concepção do habitar. Não somente as residências particulares estavam personalizadas por esse estilo de vida higienizado, arejado, organizado: a cidade precisava também contemplar, em seus espaços “públicos”, essas ideias. Logo, a imposição desse ideal de urbanidade entra em choque com os valores e necessidades dos grupos populares, que reivindicavam o mesmo direito sobre cidade e outras formas de habitá-la. Para eles, circular era como uma exigência, uma questão de sobrevivência (PECHMAN, 1994), o que assombrava as classes dominantes, na medida em que punha em risco a ordem social, moral e higiênica da cidade. Desse modo,

A ordem pública passa a ser percebida a partir da necessidade de reordenação do espaço público. (...). A territorialização da ordem a partir da inscrição na paisagem urbana de uma geometria, de uma abstração, irá subverter por completo a lógica que estruturava a vida

urbana, comprometendo seriamente o destino daqueles nômades urbanos que sempre sobreviveram nas dobras do espaço público. (PECHMAN, 1994, ps. 31 e 33).

Nesse contexto de manipulação do formato da paisagem urbana, com direito a reconstrução de ruas, prédios e outros remanejamentos, institui-se o “urbano” onde antes era a “cidade” (PECHMAN, 1994). O desejo burguês da cidade ideal, limpa, arejada e organizada, vai se materializando nessas estruturas, sendo efetivada a imposição desse estilo de vida. Sobre os conflitos decorrentes desta nova urbanização, Michele Perrot se atém à criação das vilas operárias, cujo intuito maior era estender, a partir da fábrica, o controle sobre o espaço privado das classes trabalhadoras. Na mesma linha de desta historiadora, Pechman faz suas reflexões, reiterando a imposição de um estilo de vida e habitação pelas classes dominantes, que acabam se difundindo para toda a sociedade. Ambos autores discorrem sobre as transformações da concepção de cidade no século XIX, a partir do modelo europeu e especialmente francês, e cujos paradigmas higienistas de planejamento irão contagiar as reformas dos planos urbanos por várias cidades do mundo Ocidental, até os dias de hoje.

No Brasil, apesar das consideráveis diferenças relativas à desintegração do regime escravocrata e implementação da industrialização, percebe-se de maneira clara essa influência do modelo de urbanização europeu, que chega em várias cidades, inclusive Pelotas, entre o fim do século XIX e início do século XX. Dentro da política higienista, médico tornava-se perito, tanto quanto arquitetos e engenheiros, que replanejavam o urbano de acordo com esse tipo de controle social.

No Rio, as campanhas de saneamento, a demolição de antigos quarteirões, a abertura de novas avenidas, como a avenida Central e os serviços de melhoramento do porto são desenvolvidos durante a gestão do engenheiro Pereira Passos, assessorado pelo médico Oswaldo Cruz. (RAGO, 1985, p. 164).

Margareth Rago fala também da insalubridade, do ar fétido, conseqüente dos lixos, excrementos e multidões que se amontoavam na Europa do século XVIII, e do desejo da burguesia ascendente em replanejar a cidade. Segundo ela, um espaço oxigenado e perfumado é a sedução da classe dominante.

A ascensão da burguesia e a imposição de sua hegemonia supõe a instituição de um novo imaginário social, de novas formas de percepção cultural e de uma nova sensibilidade. A cidade, nesse sentido, será lida a partir de novas concepções médicas e biológicas

do determinismo físico e moral, que se colocam em oposição à visão mecanicista do pensamento das Luzes. (RAGO, 1985, p. 169).

Esse imaginário social que Margareth menciona é exatamente o que chega ao Brasil, influenciando por completo a construção das cidades no fim do séc. XIX. É o ideal, a concepção do que é ser cidade, o que é urbanizar, imposta por uma classe dominante e que tem como consequência, a exclusão de grupos subalternizados. Cabem a esses, então, as táticas de adaptação dos espaços habitados e dos padrões impostos.

No caso de Pelotas, sua configuração urbana e planejamento seguem os mesmos paradigmas e concepções, resultando numa cidade centralizada e hierarquizada, que expurga para a periferia os segmentos sociais menos privilegiados. Nesse sentido, através das questões colocadas nesta etnografia, pretendo ir além dessa concepção hegemônica de cidade para buscar compreender, dentre as diversas formas de exclusão social, aquela que afeta as pessoas acometidas por deficiência visual.

Há uma vontade, um desejo da elite de habitar um lugar em tal formato e para isso é desconsiderada, excluída, toda e qualquer forma de habitar diferente. Nessa nova cidade, o que foge aos padrões hegemônicos é excluído, periférico, separado, afastado, sobretudo as classes populares, os herdeiros do cativo, cuja circulação pelos espaços “públicos” é vista com reservas. Há uma sociabilidade excludente, de pessoas que não têm a mesma liberdade de fluir e “flanar” pela cidade, como aquelas pertencentes aos grupos dominantes.

Para além das desigualdades socioeconômicas, interessa aqui refletir sobre segmentos sociais excluídos pela deficiência física – mais precisamente, visual. Onde estão estas pessoas com deficiência? Elas não fazem parte do grupo hegemônico também. Logo, não são “normais” e são excluídas, como as pessoas mais pobres. A cidade planejada para a urbanização não contempla esse segmento também. Tampouco essas pessoas com deficiência são acolhidas como pessoa, por não possuírem um corpo em sua integridade.

Se os exemplos se generalizam nas cidades brasileiras, interessa, aqui demonstrar como Pelotas não constitui uma exceção. O que o discurso oficial tem narrado sobre ela? Uma cidade celebrada por seu patrimônio imaterial - os doces tradicionais portugueses - em que se afirma essa origem étnica, abafando por

completo a identidade e gênese negra dessa doçura. Uma cidade histórica repleta de bens culturais, os quais se apresentam em formas de casarões suntuosos, contudo onde se anula toda a presença escrava de suas edificações. Da mesma forma se fala da gloriosa “Princesa do Sul”, título adquirido por seu potencial econômico charqueador. Tempos áureos, de riquezas e prestígios adquiridos por suor e sangue negro - todavia, sempre que possível, a informação é omitida.

Seguimos assim na dimensão da exclusão. Tudo aquilo que é contrário ao discurso oficial, é excluído, omitido. O que não é belo, limpo e íntegro, dentro de um paradigma higienista, se contorna, adapta ou exclui. Como disse Michel de Certeau (1998, p.173): “rejeita-se tudo aquilo que não é tratável e constitui, portanto, os ‘detritos’ de uma administração funcionalista (anormalidade, desvio, doença, morte, etc.)”. A questão da deficiência, então, entrará nesse fluxo e será administrada dessa forma. A cidade cresce e se urbaniza atendendo aos desejos dos grupos que dominam, mas não sendo funcional a outros que também necessitam dela.

Como dar conta de compreender essa cidade e seus movimentos de adaptação às pessoas com deficiência visual - é uma das questões que tento abarcar aqui. Observar como as pessoas subvertem as formas desse sistema de regras e padrões de habitar, ditados pelos desejos dos grupos hegemônicos, são os dados que compõem os diários de campo dessa pesquisa. E, alguns desses, são apresentados na escrita desse trabalho.

2.2 Desenhar para observar

Observar é uma atitude constante do antropólogo e da antropóloga em campo. Estar atento a tudo, todos os sinais, gestos, ações, acontecimentos e movimentos das pessoas fazem desse exercício uma contínua educação do olhar. A escrita, então, é o meio gráfico pelo qual esse pesquisador irá traduzir o campo, descrevê-lo em uma preciosidade de detalhes para que lhe escape a menor quantidade de informações possíveis. Contudo, diante da complexidade com que nos deparamos em trabalho de campo, é dado o fato que essas sempre escapam.

Desenhar, então, vem a ser mais uma ferramenta de observação em campo. Há de se entender que a escrita em palavras suprime várias dimensões das sensações de campo, como a intensidade sonora do ambiente, seus odores, suas

temperaturas. O desenho, dessa forma, pode contemplar de algumas destas ausências na descrição. Isso não significa substituir o escrever com palavras por outras grafias, mas “se trata de uma forma diferente e, por que não, complementar à escrita na composição do conhecimento” (AZEVEDO, 2016, p.109).

Um desenho tem a qualidade de demorar-se em sua execução, algo que o aproxima de uma filmagem, sem termos, no entanto, a necessidade quase mimética de “re-bobinar a fita” para recuperar aquela passagem temporal a fim de observarmos novamente o que registramos. Ao demorar-se em sua execução – seja esse desenho mal feito ou até mesmo um simples esboço – o que ocorre é um certo tipo de investimento na observação que, por alguns momentos, se detém na percepção e inscrição de elementos eventualmente desconhecidos do pesquisador. (AZEVEDO, 2016, p.107).

Com Aina Azevedo, então, vamos nos dar conta da dimensão temporal que o ato de desenhar promove. Em nossa busca por incorporar mais e mais linhas no desenho que se constrói, observando a cena que queremos, permanecemos mais tempo disponível em campo, dando ao acaso de nos surpreender com eventos que não perceberíamos por termos passado por ali brevemente. A autora também indica no trecho destacado a importância da percepção de outros elementos, a mesma busca por observar linhas, no intuito de desenhá-las, de nos fazer ver detalhes que passariam despercebidos. É um desenhar para descobrir.

O que venho trazer para essa discussão, então, não é especificamente o desenho em si, mas o desenhar. Não é o produto final, mas sim o processo que nos leva até ele (BISMARCK, 2000). Os desenhos “nos servem como esboços, rabiscos, garranchos, rascunhos, *insights* de pesquisa” (AZEVEDO, 2016, p.116). Assim, o exercício é de quebrar a barreira com o saber ou não desenhar e grafar. Assim como os diários de campo, diários gráficos não precisam necessariamente vir a público. A não ser que seja da vontade de seu autor.

Preocupado mais com o ato de desenhar do que com o desenho em si, Mario Bismarck (2005, p.4) questiona sobre quantos desenhos são necessários para produzir uma imagem. “Quantos desenhos são necessários fazer para: errar, destruir, reconstruir, alterar, apagar, refazer, rasgar, exercitar, corrigir, diversificar, divergir, selecionar, formar, conformar, deformar, reformar, prosseguir, implicar, exigir?”.

A reflexão do autor faz com que se perceba a importância do processo de desenhar, sem tanto foco no produto em si. Como Bismarck (2005, p. 4) afirma: “o

desenho exige.”. Desenhar, então, não se restringe somente à criação de imagens, mas sim ao questionamento de sua produção.

Dessa forma, o desenho pode (e deveria) se tornar parte para do diário de campo antropológico, compreendendo a importância dele nas dimensões descritivas e o processo de fazê-lo como método de observação e pensamento. Como Aina Azevedo (2016) diz: “o diário gráfico acrescenta ao diário de campo a reflexão e a ampliação das formas de notação e registro como formas particulares de produzir conhecimento” (p. 116). No mesmo sentido, Karina Kuschnir, no afã de despertar no antropólogo o interesse por desenhar, afirma:

O caderno como suporte para o registro gráfico – em suas várias acepções de diário de viagem, caderno de campo, *sketch book*, bloco de notas e de esboços visuais – é o objeto que, a meu ver, simboliza a ponte entre o mundo do desenho e o da etnografia. O caderno está intimamente relacionado com seu portador, ambos (autor e objeto) imersos numa viagem em busca da observação e da vivência em um cotidiano estrangeiro. (KUSCHNIR, 2016, p. 8).

Os diários gráficos que acompanharam esta pesquisa têm vindo ao encontro das ideias de Karina Kuschnir, bem como de outros autores já mencionados até aqui. Os desenhos têm sido ferramenta importante do processo de observar. O desenhar tem contribuído para descobrir essa cidade que tenta se adaptar à comunidade de pessoas com deficiência visual. Pelotas burguesa, à francesa, se revela pouco a pouco em acessibilidade através dos pisos táteis que vêm ganhando espaço em muitas ruas, rampas, sinalizações luminosas, entre outras.

Os relatos de campo iniciados em 2016 e potencializados 2017 sobre os problemas de acessibilidade da cidade me puseram a pensar. Desde então sempre andei pelas ruas pelotenses observando os pisos táteis e me deixando guiar por eles. Queria sentir a textura nos pés, entender como seria desviar de um obstáculo sem necessariamente precisar vê-lo. Percebia a própria presença das pessoas com deficiência visual nas calçadas, visto que esses pisos são especificamente voltados para elas. Vez por outra observava uma rampa, faixas de pedestres ou sinalizações que auxiliam na questão do acesso.

É então que, para pensar sobre essas experiências, rabisco desenhos e os pinto com tinta aquarela. Faço questão de não fazer linhas retas, mas sim trêmulas e onduladas, colocando a tinta de forma que ela vaze as linhas. Queria trazer a

sensação fluida que é o se deslocar pela cidade deixando-se guiar pelos demais sentidos do corpo. É uma experiência muito sensível para ser abarcada por linhas retas e duras, tais quais as engenharias e arquitetura nos propõem.

Em campo, embora estivesse muitas vezes acompanhado de alguma colega, como a Andressa Pereira que se fez muito presente auxiliando com a câmera fotográfica, eu não tive oportunidade de desenhar. Pelo formato das oficinas e pela quantidade de pessoas que eram atendidas, eu estava atento sempre a muitos detalhes, dando conta da organização completa para que as atividades funcionassem. Então, fotografar, gravar áudio e fazer anotações foram desafios metodológicos a serem superados. Os diários de campo saíram amparados pelos áudios e breves notas de minha caderneta. As fotografias (de minha autoria) foram concebidas em intervalos em que os interlocutores não estavam diretamente interagindo comigo, através de algum relato.

Contudo, isso não impede a prática do desenho. Tanto dentro do CRV quanto fora dele, pelas ruas, via cenas que gostaria de desenhar. Observava por algum tempo e as imaginava em linhas sem o preenchimento tridimensional que a visão nos proporciona. Muitas dessas, fotografei, para poder, depois, desenhar. Foi a partir disso que surgiram alguns rabiscos aquarelados, dos quais quatro apresento aqui. O primeiro, já foi mostrado no capítulo um. Os outros três vêm na sequência desse texto.

Desenhando, pude me manter concentrado no campo, pensando sobre as narrativas que ouvia. Observar detalhes das cenas fotografadas para o desenho trouxeram reflexões sobre a materialidade de campo, por exemplo. Objetos pessoais, como os óculos e a bengala, saltam aos olhos nesse momento. Em campo, é algo quase natural, pois há muitas pessoas utilizando esses acessórios. É um desenhar para descobrir, como diria Aina Azevedo (2016).

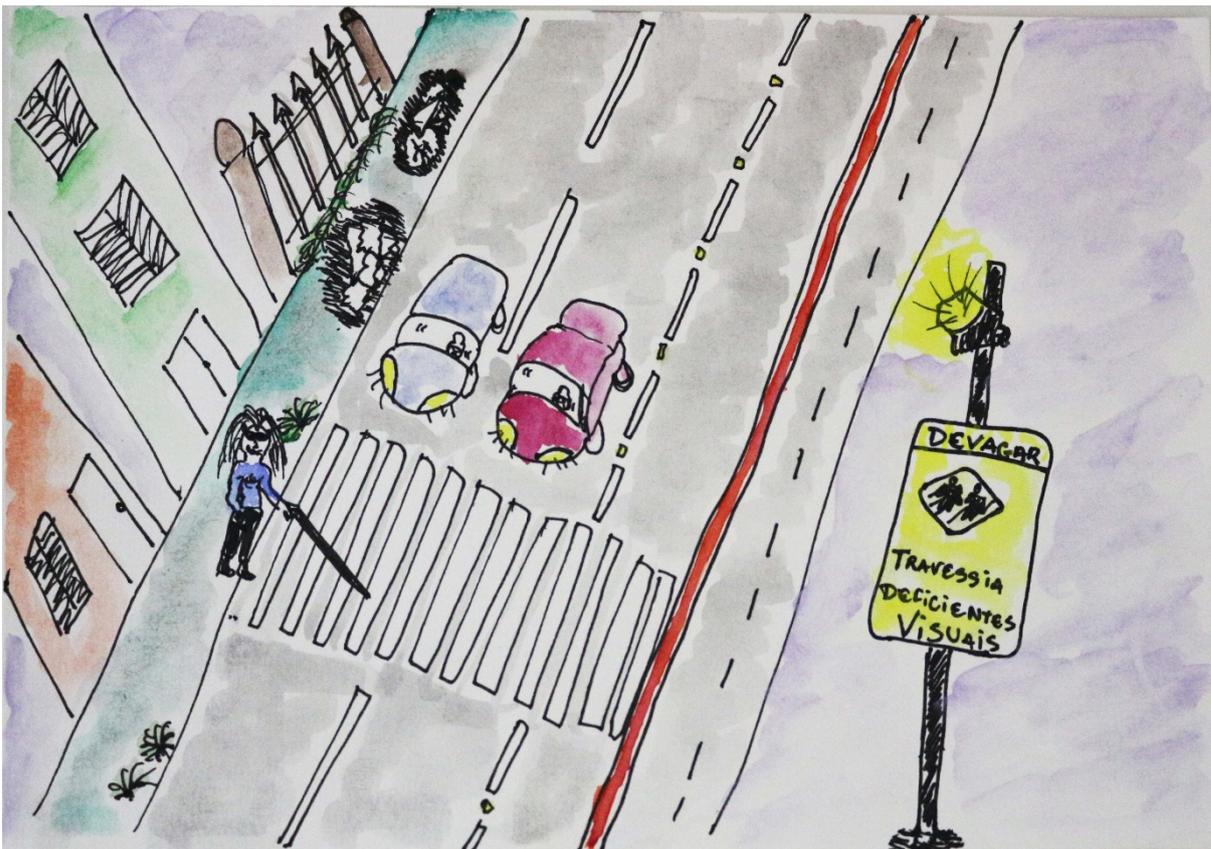


Figura 3 – Desenho de campo



Figura 2 – Desenho de campo

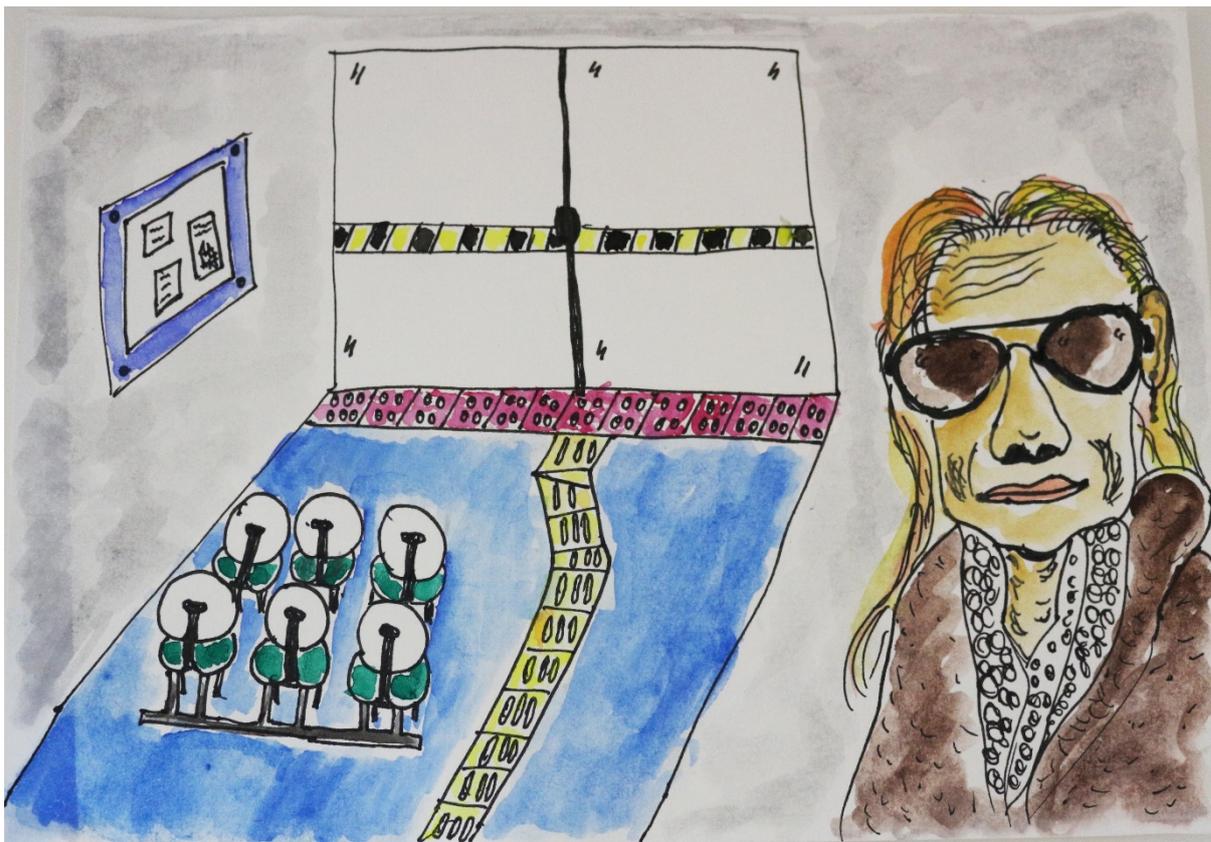


Figura 4 – Desenho de campo

Neste capítulo, procurei pensar sobre a cidade de Pelotas a partir de uma perspectiva histórica e antropológica, demonstrando o modelo urbano que a inspirou do fim do século XIX ao início do século passado. É possível ver que a idealização de um estilo de vida, implantados na estética urbana, cria padrões que são exclusivos para os grupos hegemônicos que os pensaram. Assim, inicia a exclusão de demais segmentos sociais que não se encaixam dentro desse padrão. Da mesma maneira, a acessibilidade nunca esteve prevista por qualquer planejamento, pois essa seria dedicada a pessoas que não correspondem também ao discurso dominante.

Integrei ao método etnográfico, o desenho como técnica de pesquisa e de sua apresentação, seja para observar, pensar, descobrir ou revelar aspectos excludentes da cidade que habitamos. Da mesma forma, olhei para o universo de pesquisa e para as pessoas, através desse tipo de imagem, promovendo abstrações de tentativas miméticas de descrição. Através do desenho, procurei traduzir as narrativas a que tive acesso trazidas pelos interlocutores e interlocutoras em suas dificuldades cotidianas de habitar a cidade. É a etnografia que se revela em linhas trêmulas e onduladas, com suas formas preenchidas por tintas aquarela.

CAPÍTULO 3

3 Trabalho de campo: Oficina viver o corpo

Neste capítulo, trago a descrição e os detalhes das cinco oficinas realizadas no Centro de Reabilitação Visual (CRV) da Associação Escola Louis Braille de Pelotas. Será descrito de que forma foram desenvolvidos em campo os temas sobre cidade, política, audição, tato, paladar e olfato. Nesta parte do trabalho, a questão da deficiência visual estará permeando o cenário etnográfico, visto as condições de baixa visão ou cegueira dos interlocutores e interlocutoras. Outra contextualização exposta e que, nesse momento, faz cenário do campo, é o desenvolvimento e transformação da cidade ao longo do tempo, estando em evidência aqui o município de Pelotas. A concepção de cidade tratada no segundo capítulo se apresentará no cotidiano dessas pessoas com deficiência visual, as quais detalham os conflitos diários de seus trajetos urbanos.

Na pesquisa de campo, propus a “Oficina viver o som” dividida em cinco módulos. Cada um desses foi desenvolvido semanalmente nos dois grupos existentes do CRV: o grupo de segunda-feira e o grupo de quarta-feira. O nome foi a proposta inicial, pois com o desenvolvimento das atividades, eu modifiquei o foco dos sons da cidade para as experiências com o corpo. Em um novo batismo, seria “Oficina viver o corpo”.

Em 21 de agosto de 2017 foi meu primeiro dia de retorno em campo, no grupo de segunda-feira. Eu estava com uma certa ansiedade, pois já havia passado um ano de minha última atividade na Instituição, conforme descrevi no capítulo um, sobre a oficina do cesto de jornal. Até então, havia só a proposta dos módulos da Oficina com ideias diversas. Contudo, nenhuma proposta fechada por não saber se aceitariam a minha atividade. Comportei-me assim também pelo fato de ter descoberto com a coordenação do CRV que, em 2016, para a oficina de cestos de jornal, foi ela quem montou o grupo para o trabalho, selecionando apenas algumas pessoas. Logo, dei-me de conta que eu estaria em um contexto completamente diferente, com um número de pessoas de, no mínimo, multiplicado em cinco vezes.

Os módulos se configuraram, então, no decorrer do campo, conforme eu sentia vontade e necessidade de discutir alguns assuntos, no intuito de ir atrás de meus

objetivos da pesquisa e das oficinas. Dois foram programados por mim, dois surgiram por demanda do campo e um ocorreu espontaneamente, de surpresa, no primeiro dia com cada grupo. Os módulos ficaram com os seguintes temas: os sons da cidade; objetos táteis; acessibilidade da cidade; política - jogo das eleições; e as tintas comestíveis. Não os apresentarei em ordem cronológica de acontecimento, mas sim em uma organização mais eficaz para fluidez narrativa.

3.1 Etnografia em imagens

A descrição etnográfica dessas oficinas será feita com imagens, além da parte de escrita textual. Através da Antropologia Visual é possível observar as relações traçadas entre as pessoas com deficiência visual e seus percursos epistêmicos. Fotografia, vídeo, som, escrita, pintura, desenho, entre outros, são inscrições do trabalho etnográfico que têm entre si o potencial de traduzir imagens dessas relações do contexto urbano (VEDANA, 2008). Esses suportes visuais são instrumentos etnográficos importantes, com impactos antes, durante e depois da pesquisa, por sua capacidade de também escrever aquilo de que o texto não dá conta (GURAN, 1997).

Utilizando a fotografia para descobrir, como Milton Guran (2012) reflete, ela “pode ser ao mesmo tempo o ponto de partida de uma reflexão e o resultado final” (p.72). Dessa forma, a imagem potencializa a descrição etnográfica, evidenciando momentos do campo tanto em seus pormenores quanto em seu ambiente mais amplo.

Como antropólogos sabemos que o rendimento de nossas pesquisas é maior quando nos debruçamos sobre universos de escala mais reduzida. Nossas abordagens micro são mais interessantes, via de regra, que nossas abordagens macro. É também assim que a fotografia deveria trabalhar junto a uma etnografia. Ninguém fotografa a realidade ou a sociedade. Tal como a etnografia, a fotografia nos dá a sensação de incompletude, nem uma nem outra abarcam tudo, são sempre fragmentárias, recortam um campo sobre o qual se aprofundam, num mergulho que é, ao mesmo tempo, sensível e inteligível. Isso só pode significar um ganho para nós. (NOVAES, 2014, p.58).

No discurso verbal, uma de suas principais características é o fato de ser possível falar uma palavra por vez, conforme Sylvia Novaes (2014) reflete. As imagens, assim como os sons, “permitem que se perceba simultaneamente um conjunto de elementos” (NOVAES, 2014, p.58).

Imagens são o resultado de sensações visuais, que nos chegam como um todo. Ao se apresentar a nossos olhos a imagem nos traz a presença daquilo que nela está representado e, neste sentido, ela é um modo de presença, pois associa o objeto ou a pessoa representada a sua presença em nós que a observamos, daí esse processo de familiarização que a imagem desencadeia. (NOVAES, 2014, p.58).

Como a autora sugere, fotografar implica num conhecimento além da palavra. É um treinamento no olhar para torna-lo sensível aos gestos, expressões, momentos e relações traçadas pelas pessoas. Isso é o que garante a fotografia ser uma presença do próprio campo. Pois, como Sylvia fala, “é o silêncio eloquente das imagens que podemos levar para nossa disciplina, com tudo que, a seu modo, as fotografias têm a dizer” (*idem*, p. 64). Deixemos, então, que as fotografias falem, escrevam, se manifestem. Ou ainda, como diria Etienne Samain (2012), que “elas pensem”.

Contudo, na forma como a apresento nesse trabalho, a fotografia, que já serviu para descobrir, agora serve também para contar.

A fotografia feita “para contar” é aquela que visa especificamente a integrar o discurso, a apresentação das conclusões da pesquisa, somando-se às demais imagens do corpus fotográfico e funcionando, sobretudo, na descrição e na interpretação dos fenômenos estudados. É geralmente produzida quando o pesquisador já pode identificar os aspectos relevantes cujo registro contribui para a apresentação de sua reflexão. (GURAN, 2012, ps. 80-81).

Apresentarei, então, com o intuito de descrever etnograficamente o campo e “contar” sobre as atividades, as imagens feitas nas oficinas. As fotografias compõem um acervo com mais de 800 imagens, organizadas e legendadas por nome do autor e data de criação. Duas colegas minhas gentilmente se dispuseram a estar em campo comigo operando a câmera fotográfica. Logo, nem todas as imagens são de minha autoria especificamente. Contudo, essa informação estará destacada em cada legenda. Agradeço à bacharel e mestra em antropologia Andressa Porto Pereira e à graduanda Martha Ferreira Rodrigues pelo imenso apoio em registrar com tamanha sensibilidade as imagens desse campo.

3.2 Oficina: Acessibilidade da cidade – conflitos no cotidiano.

Proposta: promover uma discussão sobre os deslocamentos diários na cidade. O intuito foi ouvir todos os problemas da questão da acessibilidade e inclusão em Pelotas.

Essa foi a oficina que ocorreu de surpresa, no improviso. Quando conversei com a coordenação do CRV para realizar o trabalho de campo lá, as coordenadoras me sugeriram que eu observasse, apenas, os dois grupos na primeira semana e, na seguinte, atuasse em um deles (no de quarta-feira). Contudo, a Juliana (assistente social responsável pelas atividades desses grupos do CRV) sugeriu que eu me apresentasse e “seguisse com a palavra até o fim” na hora da reunião. Antes de iniciar o encontro, ela me disse que eu poderia começar hoje mesmo, pois ela nem havia preparado atividade alguma, tendo somente alguns avisos a serem passados.

Esses dois encontros, por terem sido os primeiros em que eu fazia contato com os grupos, não possuem imagem. A cada apresentação que fiz sobre mim e meu trabalho, expliquei sobre o uso da câmera fotográfica e do gravador de áudio. Com a aceitação de todos, nos encontros seguintes trouxe um termo de autorização de gravação de imagem e som para cada um assinar. Tive o cuidado, junto com a assistente social e suas estagiárias, de toda semana conferir se tinha alguém novo no ambiente para assinar o termo. Assim a pessoa já fica avisada que suas imagens estariam, um dia, circulando através de minha pesquisa, deixando sua assinatura de ciência para isso.

Para o improviso, como eu já tinha em planejamento ouvir sobre os problemas de acessibilidade da cidade, tais quais já apontados em 2016, conduzi a conversa, após me apresentar e explicar o que eu estava fazendo, para a temática. Em ambos os grupos ouvi sobre as sinalizações de trânsito que não possuem aviso sonoro, por exemplo, escassez de rampas para cadeirantes na cidade, insegurança com o trânsito, buracos nas calçadas, reformas urbanas, ônibus, falta de preparo na recepção de pessoas com deficiência visual em órgãos públicos, bancos, museus, etc., entre tantas outras coisas. Esses são os problemas diários vividos por essas pessoas, a partir dos quais traçam suas táticas de deslocamento objetivando sua própria modalidade. Narrativas como essas evidenciam o despreparo da cidade para a acessibilidade das pessoas com deficiência visual.

O tempo para essas atividades é sempre de uma hora (segunda-feira, das 14h às 15h) e duas horas (quarta-feira, das 14h às 16h). Normalmente há avisos a serem dados no início e as pessoas vão chegando bem atrasadas. Então, até que se acomodem no círculo de cadeiras, leva um tempo. Também há sempre muita conversa paralela, sendo complicado contorna-la para dinamizar mais as atividades. Participaram da segunda-feira 15 pessoas e de quarta-feira 28 pessoas. Esses detalhes todos influenciam no tempo e na forma de desenvolvimento das oficinas.

Embora tenham sido dois encontros um tanto quanto inusitados e improvisados, foi o suficiente para sentir uma boa acolhida por parte dos grupos. Percebo as atividades planejadas por mim ainda dentro dos assuntos os quais eu esperava. A materialidade, arquitetura e planejamento urbano seguem sendo cenário para os interlocutores e para a pesquisa.

3.3 Oficina: Política – o jogo das eleições

Proposta: simular uma pequena eleição de vereadores e prefeito para entender como essa gestão resolveria um problema de planejamento. Trouxe papezinhos com os cargos de prefeito, vereador e secretário. Esses foram distribuídos aleatoriamente, conforme cada um levantava a mão dizendo que queria participar. Estavam presentes 16 pessoas. A brincadeira é a solução a ser tomada pelo governo eleito em relação a uma obra de uma praça, visto que conversaríamos sobre a construção da cidade. Expliquei que os vereadores e prefeitos seriam eleitos por uma votação democrática, após cada um apresentar sua proposta de luta. O secretário seria escolhido pelo prefeito eleito, conforme achasse necessário.

Elaborei o roteiro do dia com a ajuda de Sara Vasconcelos, a qual estava presente e também contribuiu na hora da conversa final. Sara é professora da rede estadual de ensino e estudiosa das questões políticas, em coerência com sua vida de luta pelos direitos sociais e dos professores. Andressa também estava me acompanhando nesse dia, auxiliando com a câmera fotográfica.



Figura 5 - Dona Selma. Foto de Andressa Pereira.

Iniciamos o jogo fazendo a distribuição dos personagens. Dona Selma, ao tirar o papel de prefeita, já fala na hora: “só se tiver o caixa dois!”. Todos riem. A distribuição dos papéis ficou assim: prefeitas – Selma e Patrícia; Secretárias – Regina e Deisi; Vereadores – Claudio, Noeli, Juliano, Isabelino, Margarete e João.



Figura 6 - Foto de Andressa Pereira

Propus que antes das eleições cada candidato falasse por qual causa lutaria em seu governo:

Vereadores: Claudio – pela mobilidade urbana; Noeli – pela limpeza da cidade; Juliano – pelo emplacamento e sinalização das ruas em braile; Isabelino – pelas calçadas arrumadas; Margarete – pelas sinaleiras sonoras; João – pelo saneamento básico.

Prefeitas: Selma – pelo fim dos buracos nas ruas e por uma efetiva fiscalização; Patrícia – pelos ônibus e ruas mais acessíveis.

Os mais votados foram: Selma para prefeita, com sete votos (contra Patrícia que levou seis); Claudio levou seis votos para vereador, Noeli dois votos e o Isabelino um voto. Houve um empate entre Isabelino, Margarete e Juliano (um voto cada um). Isabelino preencheu a vaga por ser o mais velho. Selma escolheu Deise como secretária da fiscalização.

Propus o conflito: vai sair do papel a requalificação da Praça Dom Antônio Záttera (no Centro da cidade, próxima a Associação). Já está planejada a acessibilidade para a Praça com pisos táteis, rampas, iluminação, etc. O planejamento já foi feito há cinco governos atrás e a verba chegou somente agora. Contudo, a prefeita irá dizer que é dela o projeto e o dinheiro.

Todos me escutavam, em silêncio, atentos à situação que ditava. Perguntei para a prefeita e aos vereadores sobre o que estavam achando da requalificação, o que eles teriam a falar para o público. Todos falaram que está tudo ótimo, que são melhorias para todos.

Tencionei o caso: as obras estão a todo vapor. Está aquela confusão no trânsito com as ruas interrompidas, materiais de construção espalhados, praça fechada para pedestres.... Ao chegar na etapa de finalização do projeto, percebe-se que os pisos táteis foram colocados de maneira equivocada, que as sinalizações não foram feitas, os carros estão estacionando onde tem as rampas de acesso, a iluminação está mal projetada, entre outras coisas.



Figura 7 - Deise: Secretária de Fiscalização da Prefeita Selma. No meio, Regina, representando a Associação de Cegos. Na ponta da direita, Dona Maria. Foto de Andressa Pereira.

Pergunto, então, o que a comunidade (todos os que restaram sem cargos políticos) tem a falar sobre isso. Regina salta dizendo que ela, na qualidade de representante da associação de deficientes visuais, está ingressando no Ministério Público para denunciar e embargar a obra mal feita e superfaturada, incluindo na denúncia os vereadores que não estão fiscalizando, os quais estão coniventes com a situação. Deseja que fique embargada até que sejam revertidas todas as colocações de pisos e arrumadas as outras acessibilidades.

Dona Selma salta também, tirando sua responsabilidade de prefeita, falando que o problema deve ser cobrado da construtora que realiza a obra, pois foram eles que fizeram tudo errado. A prefeita completa: “e o calendário das obras está divulgado em todos os jornais, inclusive. Que as pessoas atentem para fazer caminhos alternativos”. Pedi a manifestação dos vereadores, lembrando que agora o Ministério Público havia sido acionado e que a região da praça estava em situação caótica por causa das obras paradas.



Figura 8 - Seu Claudio. Foto de Guilherme Rodrigues

Seu Claudio, vereador, protesta contra a comunidade perguntando sobre onde estão as provas. Todos riem. Seu Isabelino jogou para a construtora, dizendo que para que fosse feita a cobrança dela. Dona Noeli disse que há um erro e este deve ser corrigido. Completa: “e quem deve fazer isso é a prefeitura”.

Chamei para a conversa a Secretária da Fiscalização, Deise. Ela disse que “assim como todos os funcionários públicos tiram atestados médicos, ela também estava de atestado, afastada de sua função”. Todos caem na risada. Mas ela disse que responde ao Ministério Público informando que a empreiteira é quem tem a responsabilidade pelo que ocorreu.

Regina fala que a obra da rua General Osório não foi concluída por uma situação bem parecida com essa. Completa dizendo: “a gente brinca de fazer política, quando na realidade a coisa é bem assim mesmo”.

Propus o encerramento da atividade. Puxei a reflexão mostrando o quanto reproduzimos o mesmo sistema político em que vivemos com nossos governantes.

Pergunto onde está o problema: se no governo, na política, na construtora... E respondem que está nas pessoas.

Regina faz uma fala refletindo sobre os vereadores não cobrarem seus prefeitos por estarem aliados politicamente e economicamente a eles. Fala sobre as próprias pessoas não agirem como fiscais da política, não serem ativas.

Perguntei se caso houvesse vereadores e outros políticos com deficiência, se esse cenário mudaria. Dona Selma disse: “se eles tivessem em suas famílias pessoas com deficiência, isso já bastaria para mudar”.

Aproveito o gancho de Selma para refletir sobre essa oficina. O conflito proposto por mim para a brincadeira, com o auxílio da Sara, foi embasado nas próprias narrativas que venho ouvindo no CRV, constatadas diariamente nos jornais e televisão. De fato, é um momento que Pelotas passa por inúmeras reformas. Então, esse cenário de “canteiro de obras” toma conta da cidade.

Logo, quando surgiu a proposta dessa atividade, a expectativa que possuía era, além de promover uma atividade divertida, observar quais processos lógicos o grupo aplicaria para solucionar as questões públicas. E, para minha surpresa, as soluções que encontraram foram as mesmas que criticam. Embora tenha sido engraçado as descontrações de algumas pessoas, como a de Selma sobre o caixa dois, de Deise em relação ao atestado médico, ou ainda o sarcasmo de Claudio perguntando sobre onde estavam as provas daqueles problemas, reflito como que está a formação e consciência política da sociedade eleitora do município e do país. O comportamento dos políticos, satirizados pelas brincadeiras, parece se naturalizar entre as pessoas, restando apenas rir das situações.

Mas, meu intuito não é focar na questão do comportamento, mas sim das adaptações. Dadas tais problemáticas, essas conduzem para cada pessoa trace sua diferente tática de sobrevivência diária. Cobia aqui, agora, a resposta deles para a pergunta: então, se há obras no caminho que atrapalham o deslocamento, como fazem para chegar até o CRV ou em outros lugares necessários? Essa pergunta não foi feita nessa estrutura, tampouco tenho resposta direta para ela. Apenas observações sobre os vários dias que estive em convivência com os grupos, sendo que em alguns momentos essas táticas são apresentadas.

Essa situação se conecta muito à discussão de concepção de cidade feita no capítulo dois. Como vimos, a urbanização é idealmente pensada por e para segmentos sociais dominantes da sociedade. Aqueles que não se “encaixam no padrão” ficam de fora, são excluídos. Ou seja, o segmento de pessoas com deficiência e deficiência visual, por não possuir um corpo que facilmente se adapte aos padrões urbanos de habitar ditados pelos grupos hegemônicos ficam, *a priori*, excluídos do grupo dominante da sociedade. Hoje os movimentos de reformas para a acessibilidade são resultantes de anos de lutas e discussões sobre o direito de outros segmentos à cidade, como o caso das pessoas com deficiência. Mas, até mesmo quando os projetos são para essas pessoas, esses não dialogam com elas ainda na fase de projeção, o que evitaria que fossem cometidos tantos erros e desperdícios de dinheiro público em implementações urbanas mal realizadas.

Lembro aqui de um exemplo que surge em um dos encontros no CRV, a partir de algumas reclamações que as pessoas fazem e que serve bem para pensar a ausência de diálogo. Recentemente, em Pelotas, foram projetadas paradas acessíveis de ônibus, pontos sinalizados, contudo, entre a calçada e o lugar de embarque do veículo, foram plantados canteiros com gramas e árvores. Motivo? Ideal de uma certa estética urbana. Muitos equívocos na instalação de pisos táteis na cidade também ocorreram por valorizar uma questão estética segundo os padrões e valores de determinados segmentos sociais dominantes da sociedade, desconsiderando a operacionalidade para pessoas que fogem ao padrão de normalidade.

Dessa forma, a ingênua brincadeira de simular eleições, apontou para inúmeras cenas do dia a dia. Cenas essas em que todas as pessoas, de um modo geral, sentem seus transtornos. Aquelas, então, que estão na condição de alguma deficiência física, ficam mais excluídas ainda dos processos “inclusivos”.

3.4 Oficina: Sons da cidade e o apito do trem

Proposta: A partir do apito do trem (mídia executada em caixa de som) explorar os outros sons da cidade, no intuito de entender como eles guiam as pessoas, principalmente as com deficiência visual. O trem vem por inspiração da dissertação de mestrado de Andressa Porto Pereira, a qual trabalhou sobre os sons da ferrovia, e se dispôs gentilmente para participar dessa atividade. Para o grupo de quarta-feira, o

qual tem uma hora a mais de tempo, separei alguns áudios de um exercício sonoro da disciplina de Antropologia da Imagem, ministrada pela professora Claudia Turra Magni. O objetivo, assim como ouvir o apito do trem, seria de tentar descrever como aqueles sons eram produzidos.



Figura 9 - Foto de Andressa Pereira



Figura 11 - Foto de Andressa Pereira



Figura 10 - Foto de Andressa Pereira



Figura 12 - Foto de Andressa Pereira

- “Eu já andei até de Maria Fumaça. Eu já andei... naquele tempo, quase não tinha ônibus.” (Claudio)

- “Eu tinha uns 9 ou 10 anos, morávamos em Cacequi. E lá só tinha trem. Então, cada vez que ‘nós tinha’ que se encontrar, nós vínhamos de trem.” [...] “Eu gostava desse tempo, sinto falta desse tempo.” (Senhora a qual não lembro o nome)

- “Eu morei em Júlio de Castilhos. Os trilhos do trem eram lá em cima e minha casa era lá em baixo, como um penhasco, sabe. Tremia tudo! O trem passava e tremia tudo. Nós víamos as telhas tremendo.” (Patrícia)

- “Eu lembro dos araçás... coisa boa!” [Ah, que legal! Era onde? Na beira dos trilhos?] “Não... pegava lá na Marítima, uma linha de trem . Nós pegávamos aqui parávamos no Capão, Povo Novo... e ia parando. Aí às vezes tinha os araçás.” (Aida)

- “Nunca parei para prestar a atenção no barulho do trem” (Maria)

(DIÁRIOS DE CAMPO, 2017, p.5)

As pessoas foram colocando suas memórias a partir do que escutaram e do que conversávamos. Um ar nostálgico com a riqueza de detalhes que descreviam as cenas vividas fez do momento como se fosse um sonho acordado. Os inúmeros

detalhes visuais descritos foram tratados de uma forma como se fosse possível visualizá-los, naquele instante, com seus próprios olhos, para além da imaginação.

Andressa foi me auxiliando com a mediação das conversas. Motivamos, então, eles a falarem sobre outros sons da cidade. O que escutam diariamente? Carros, motos, caminhões, caçambas, buzinas, ambulâncias, batidas de portas, passarinhos (lá fora), sapos (em casa), cachorro latindo, vizinho brigando, celular tocando (principalmente dentro do ônibus) foram os sons evidenciados pelo grupo.



Figura 13 - Claudio e Angela. Foto de Andressa Pereira

- “Sim, a gente se guia pelo barulho. [...] O pneu faz barulho no asfalto. Se está chovendo, faz mais ainda.” (Claudio)

- “Uma regra que eu uso (claro, se eu estiver acompanhado é melhor, pois senão eu vou demorar mais para chegar nos lugares) é se eu chegar numa sinaleira, na frente dos carros, eu não me guio pelos carros que estão parados, mas sim pelos que seguem no sentido contrário. Vão fazer mais barulho. Quando eles acelerarem, eu sei que está na hora de eu passar. Se eu chegar ali e tiver aberto para mim, eu não passo! Eu vou esperar fechar e abrir de novo. Eu vou demorar a chegar nos lugares, mas eu vou chegar seguro. [O que mais guia o senhor além do som?] “O vento. Se eu chegar numa esquina vai ter o vento. Numa entrada de garagem vai circular o vento. Ou o piso tátil.” (Claudio)

(DIÁRIOS DE CAMPO, 2017, p.5)



Figura 14 - Angela e Anderson. Foto de Andressa Pereira

- “Eu não sei qual é a distância do carro. Às vezes penso que ele está longe, e ele está bem pertinho. Eu não consigo saber a distância. Eu não consigo ter senso de espaço e direção.” [falando sobre a consequência da meningite] “Tem dias que a pessoa tá falando comigo do lado direito, e eu penso que ela tá do lado esquerdo”. “Dentro de casa eu me viro, lá no meu apartamento. Até lá na frente eu desço, pego as coisas na caixinha de correspondência..., mas, onde tem duas ou três pessoas falando eu já me embaralho todo”. [E como tu anda na cidade então?] “Eu não ando na cidade. Eu só ando de moto táxi ou com alguém me acompanhando.” (Anderson).

- “Aqui nessa rua, da minha casa, eu escuto que não vem carro algum e atravesso sem olhar. Estou acostumada ali. [...] Quando eu ando na rua, por exemplo, e preciso procurar o endereço de algum consultório médico, ou seja, lá o que for, eu não consigo olhar o número lá do outro lado da rua. Então eu vou de uma esquina a outra olhando desse lado da calçada. Se não é desse lado, eu tenho que atravessar a rua, voltar e fazer o mesmo percurso. Voltar para trás e caminhar toda aquela quadra procurando o número. Porque eu não enxergo de um lado da rua ao outro. Tem que ser bem pertinho.” (Angela)

(DIÁRIOS DE CAMPO, 2017, ps. 6-7)



Figura 15 - Seu Isabelino. Foto de Guilherme Rodrigues

- “Eu antes de perder a visão (hoje eu sou baixa visão), eu trabalhava com vendas. Então eu tenho o mapa da cidade, praticamente. Então eu começo a contar ruas. Eu venho caminhando, aí eu chego na esquina da Andrade, no ‘causo’, eu sei como é a esquina da Andrade. E tem os carros... eu consigo decifrar se eles estão longe ou se estão perto.” (Isabelino)

(DIÁRIOS DE CAMPO, 2017, p. 6)

Opto por trazer algumas falas, encadeadas em sequência, para apresentar essa oficina. Essa forma também é como se deu o próprio campo. Não tive muitos momentos individuais com cada interlocutor ou interlocutora. As narrativas vieram assim, em grupo, um falando na sequência do outro. Em maior parte dos momentos, falavam ao mesmo tempo que o outro, sendo necessário, às vezes, pedir para repetir.

Meu primeiro destaque de falas é para os sons da ferrovia. O áudio que os grupos escutaram, com duração de um minuto e meio, era a gravação o apito do trem e alguns depoimentos de ex-ferroviários e suas famílias falando sobre a Estação Férrea de Pelotas. Através do som foi que então começaram as narrativas sobre a Maria Fumaça, os araçás, as viagens de infância, os impactos da vibração do trem próximo das casas, entre outras memórias que não expus aqui.

O que fica evidente com as falas do grupo é a forte experiência com a imagem. Descreviam como se estivessem vendo mais uma vez na frente deles. Por mais que hoje não possuam mais a visão, ou a tenham de forma reduzida, o despertar para os outros sentidos do corpo não é algo dado facilmente. Os esforços parecem ainda estarem voltados para a experiência com a imagem. O próprio ato de se concentrar para ouvir o áudio foi um exercício interessante. Na primeira vez não houve tanta concentração quanto na segunda audição. Alguns, mais atentos na primeira, notaram cachorros latindo e pássaros ao fundo enquanto alguém falava. Somente a partir disso que redobram a atenção para perceber todos os detalhes sonoros contidos na gravação.

Sobre a questão do despertar para os sentidos, Maxmira fala de como ensina sua filha e comenta como que ela mostraria um trem à menina. Max, como todos a chamam, dedica sua vida para estudar a questão da deficiência visual e cognitiva. Estava presente nesse dia do grupo, acompanhando sua filha, que estava ali participando. Ela é mãe de uma menina que nasceu cega e possui outras limitações físicas. Então, sua sugestão para dar a dimensão do que é um trem para quem nunca enxergou, seria apresentar uma miniatura do mesmo, de ferro, com textura, cheiro e som (o apito). Assim, quatro sensações seriam experimentadas, podendo ser possível passar até mesmo sua proporção de máquina gigantesca através de um áudio de seu motor em funcionamento. Max já havia me falado sobre ensinar sua filha dessa forma. Ensina as cores também por sensações. Uma folha de árvore, ou a própria árvore ao vento, pode trazer a sensação do verde. O branco através do gelo. Com o tomate, a sensação do vermelho, e assim por diante.

A sequência de narrativas sobre os outros sons da cidade mostra um pouco das formas com que cada pessoa traça para se deslocar no cotidiano. Claudio fala em sua atenção no trânsito. Seu medo (assim como a maioria possui) faz com que ele perceba o som do pneu do asfalto ou a oscilação dos giros dos motores quando esses acelerados. Ele conta também sobre a atenção ao vento, assim como outros do grupo. Percebe a esquina de uma rua ou a abertura de uma garagem ou loja pela sensação da circulação do ar.

Angela fala sobre se sentir segura na rua de sua casa. Ali ela está acostumada com o ambiente sonoro e o fluxo dos movimentos. Ela possui baixa visão, diferente do Claudio e Anderson que possuem cegueira. Então, Angela aponta sobre outras

táticas para seu percurso, como descreve em sua fala. Quando procura um endereço, precisa, algumas vezes, andar nos dois lados da calçada para conseguir ver o local desejado. Contudo, mesmo ainda enxergando um pouco, buracos, desníveis, entulhos e outras situações se tornam perigosos, pois não é possível para ela absorver à distância, ou com tamanha destreza, uma quantidade densa de informações visuais de seus trajetos urbanos.

Já para seu Isabelino, sua experiência em vendas associada a plena visão fez com que ele aprendesse o mapa da cidade de Pelotas. Hoje, então, com a visão reduzida, associa técnicas de contagem das ruas com o mapa em mente para conseguir se deslocar pela cidade.

Anderson apresenta suas dificuldades com todos os outros sentidos. Aos quatorze anos ele teve meningite, o que foi fatal para sua visão. Pouco tempo depois sua mãe faleceu, então Anderson hoje aprendeu sozinho a adaptar questões do cotidiano doméstico, como cozinhar, limpar a casa, arrumar seus pertences. Contudo, não desenvolveu técnicas de se deslocar sozinho na cidade, tornando-se completamente dependente de uma companhia. Por consequência da meningite, a audição também se degenera ao longo do tempo, trazendo a ele bastante insegurança, como consta em sua fala exposta acima.

Assim, pelos exercícios de escuta sonora, a proposta de falar sobre o corpo e seus sentidos se efetiva, vindo à tona várias experiências de como as pessoas com deficiência visual traçam seus circuitos diários. Nesse encontro, Jeferson sugeriu que fizéssemos outra atividade semelhante, porém com objetos táteis. Propôs que fossem coisas que produzissem algum som, para que o grupo tentasse adivinhar o que era. Assim acordamos, então. A oficina seguinte é inspirada no pedido de Jeferson.

3.5 Oficina: Objetos táteis – conexões com museus e patrimônio

Proposta: Cada membro do grupo ficou responsável por trazer um objeto que produzisse algum som. Após esse exercício de descoberta, elaborei uma dinâmica que ficara conhecida como a “atividade do saco”. Levei dois sacos de pano cheios de objetos e os passei por cada um, pedindo para que tocassem com a mão lá dentro. A ideia era apenas tocar, sem tirar de dentro para ver (quem consegue). Depois, conduzi a conversa para a temática dos museus com seus objetos intocáveis e o sentido de patrimônio.

Os objetos eram umas miniaturas de Brasília: catedral, o congresso, o monumento da justiça sentada, monumento em homenagem ao presidente Juscelino Kubitschek, além de um cristo redentor, uma cruz das missões jesuíticas, um potinho de cerâmica com tampa, duas conchas e um apito de madeira do som do trem. A Andressa levou um molho de chaves e um incenso para passar separadamente.



Figura 16 - Foto de Andressa Pereira



Figura 18 – Noeli. Foto de Andressa Pereira



Figura 17 – Regina. Foto de Andressa Pereira



Figura 20 - Foto de Andressa Pereira



Figura 19 – Anderson. Foto de Andressa Pereira



Figura 21 – Nara. Foto de Andressa Pereira



Figura 22 - Foto de Andressa Pereira

Não demorou muito para começar as risadas. “Apura com esse saco, dona Selma”, grita Juliana aos risos para ela. Cada um foi fazendo uma piadinha de duplo sentido com a história de pôr a mão no saco. Foi tão marcante essa atividade, que comentaram por semanas, entre eles, em outros ambientes da Associação Escola, sempre em tom de brincadeira.

Os objetos foram muito inusitados. Poucos descobriram o que eram. A Catedral de Brasília foi o mais inquietante para maioria. Falaram em ser uma florzinha, um puxador de gaveta, um suporte para vela entre outras coisas. Terminada a rodada de tatear os objetos nos sacos, propus retirar cada bibelô e passar de mão em mão novamente, descrevendo o que era o tal.

No outro grupo, de quarta-feira, cada um trouxe também um objeto. Começamos a dinâmica com os materiais trazidos por eles antes de passar o saco que havia preparado. Trouxeram pote de remédio, molho de chaves, urso de pelúcia que emitia, instrumentos musicais de brinquedo, entre outros. Os instrumentos, trazidos pela Ítina, foram a sensação do momento. Veio um pandeiro e um xilofone, o qual gerou mais entusiasmo no pessoal.

Na sequência, os objetos foram passando de mão em mão, para sanar a vontade de pegar os materiais dos outros, principalmente os instrumentos musicais de brinquedo da Ítina. Todos estavam alvoroçados querendo tocar e brincar, produzir os sons. Sugeri passar eles primeiro para poder fazer a dinâmica dos objetos dentro do saco.

Seu Adão trouxe duas medalhas que é de sua estima. Contou que ganhou num concurso de melhor redação, sobre José Bonifácio. Tirou primeiro lugar e guarda a medalha com muito saudosismo daquele momento de glória de sua vida.

“Em 1973, ouve um concurso de redação. E eu confesso, sem falsa modéstia, que eu era bom em redação. Então, eu trouxe duas medalhinhas que eu quero dividir com vocês, que eu guardo com muito carinho. Porque uma eu fiz uma redação sobre José Bonifácio de Andrade e Silva e, justamente, na Independência do Brasil, e na outra, dia 20, sobre a Guerra do Paraguai. Então, eu raramente escrevo, coloco no papel o que eu sinto. Eu só escrevi esses dois textos e quando eu aprendi o Braille, uma semana depois eu escrevi dois textos lá em Piratini. Um dos textos que eu escrevi foi para a formatura de Contabilidade da Thaís [coordenadora do CRV]. Eu fiz a metade e depois eu queria que alguém lesse para mim o texto para que todos entendessem. O restante eu fiz de improviso na hora, mas acho que ficou legal, né Edi [mãe da Thaís]. Expressou tudo o que eu sentia. Então eu quero dividir com vocês... peço que o Guilherme

passa para vocês verem essas duas medalhinhas. Porque essas duas medalhinhas tem uma historinha assim, ó: então, uma que eu ganhei, de bronze, tinha uma gratidão pelo que eu fazia até 1973. Existia a LBA: Legião Brasileira de Assistência. Então, era o presidente de Piratini o Theodoro Valino Lessa. Foi prefeito por muitos anos, é nome de rua em Piratini. Então alguém pediu para ele uns cadernos porque era muito pobre, né. Eu trabalhava na prefeitura, então eu achava que não havia necessidade. Mas ele me fornecia o material. Mesmo assim ele me deu os cadernos. Aí no mesmo ano, para minha alegria, eu ganhei o concurso de redação e ela pôs em meu peito essa medalhinha honra ao mérito. E a outra foi o prefeito Neri Silveira lá em Piratini, também, que me colocou. Então, não é toda hora que eu falo mim... Essas coisas que eu disse para vocês eu nunca contei para ninguém. Mas agora eu vou começar a dividir as coisas, vou começar a mostrar para vocês. Depois eu vou trazer mais umas coisinhas que eu tenho guardado com muito carinho. Assim como o enorme carinho que eu tenho por vocês.” (DIÁRIOS DE CAMPO, 2017, p. 14).

Terminando as dinâmicas, começo perguntando se todos conhecem aqueles monumentos de Brasília, se viram alguma vez por foto ou televisão. Escuto maior parte das respostas que sim. Uma senhora, sentada próxima de onde eu estava, diz que não. E eu começo um exercício de memória com ela, na certeza que ela lembraria de uma posse presidencial, passada na televisão ou de alguma notícia reportada de lá. Mas minhas tentativas se esgotam antes dela lembrar dos prédios. Ela lembra apenas das posses presidenciais, do Collor, FHC, Lula e até a Dilma. Mas o cenário não está em sua memória.

Pergunto sobre os museus. Quem vai ou quem deixa de ir. A Marion se queixa de ir não por não poder tocar nas coisas. Eles falam que já foram no museu do doce e no museu do Anglo. Jeferson lembrou também que já foi no museu da Biblioteca Pública, o qual se acessa por baixo da escada principal. Ele problematiza questionando sobre o que adianta ser patrimônio aberto à visitação se não tem acesso para cadeirante. Embora tenha um elevador, nem sempre ele está disponível. Segundo a mãe dele, ela diz que “não recomenda ninguém a usar”.

Ítina diz que todos os museus deveriam ter áudio descrição. Daí pergunto se eles iriam se tivesse áudio descrição. Nem todos respondem que sim. Marion se manifesta dizendo que não acha graça se não pode tocar. Só ficar ouvindo não serve.

A conversa sobre patrimônio segue. Pergunto o que significava isso para eles. Falaram que é um bem, uma casa, que conta uma história, o conjunto de uma obra, algo grandioso, a Catedral, o castelo do Simões Lopes, a Estação Férrea.

Patrimônio para quem? (Pergunto). “Patrimônio para a história da humanidade”, (escuto). (E quem é essa humanidade?) Humanidade são as pessoas que vão passando de geração em geração e estão hoje aqui” (Anderson). Ele responde essas duas questões com uma rápida articulação de ideias, saindo na frente dos outros murmúros que tentava decifrar no ambiente.

Segui com outras perguntas, motivando algumas reflexões no sentido de que patrimônio poderia ser aquilo que consideramos importante para nós. Aproveitava ganchos das falas que ia ouvindo, chamando a atenção do pessoal para prestar a atenção no que o colega do grupo falou. Dessa conversa foram abrindo, então, as possibilidades do significado de patrimônio, considerando que valioso é um conceito subjetivo a cada um, a cada situação e circunstância.

“O Braille seria um patrimônio?” (Claudio)

“Eu não concordo que patrimônio é o que é valioso. Então, o que é valioso? O que é valioso para mim não é valioso para ti.” [Ah, então, o que é patrimônio?] [...] “Patrimônio, para mim, é um pastel de carne!” (Anderson)

(DIÁRIOS DE CAMPO, 2017, p. 12)

Foi se discutindo e pensando outras formas de patrimônio. Nossa casa, família, o corpo.... Conduzi a conversa para pensar o patrimônio da cidade, as coisas definidas como importantes para todos os cidadãos pelotenses. Regina puxou a reflexão sobre patrimônio e matrimônio, para pensar sobre o sentido etimológico das duas palavras.

“Falaram em patrimônio aqui sobre a Catedral, o Mercado Público... são lugares que poderiam servir de pontos de referência para nós que não enxergamos. Por exemplo: estou a duas quadras da Av. Bento Gonçalves, ou estou a três quadras do Mercado Central... São lugares de patrimônios que nunca vão sair dali. É uma maneira de ser também referência.” (Regina)

Regina traz uma grande ideia de intervenção para a cidade. Ela propõe que as grandes arquiteturas, praças e prédios se tornem demarcadores geográficos, localizadores espaciais. E então, assim como seria promovida a apropriação desses espaços pelas pessoas com deficiência visual, esses patrimônios também agiriam mais em sua função social, ampliando as possibilidades da mobilidade urbana.

A oficina dos objetos táteis buscou explorar a possibilidade do “ver com as mãos”. Os objetos inusitados dentro dos sacos de pano foram intencionais. Por não

serem materiais da rotina, como chaves, algum utensílio de cozinha ou ferramenta, a atenção para o tato redobra, na busca por maiores informações para a descoberta.

Conectar o assunto dos objetos táteis aos museus e ao patrimônio foi uma forma também de discutir política, inclusão, acessibilidade, retornando ao primeiro assunto que me moveu até o campo em 2016. A questão de preservação dos materiais por parte dos museus é um problema até para as pessoas que possuem a plena visão. Não há quem não tenha vontade de tocar num objeto exposto, sentir sua textura, temperatura ou cheiro. Para as pessoas com deficiência visual, então, tudo se torna completamente distante com a não permissão de tocar. É a partir disso que se questiona qual o sentido de patrimônio, se não for para a apropriação das pessoas.

Desconstruindo o discurso hegemônico sobre patrimônio ser somente as grandes arquiteturas, monumentos e outras antiguidades, é possível receber a narrativa de seu Adão sobre suas medalhinhas. É com muita emoção e saudosismo que ele conta aquela história para o grupo.

Regina contribui muito, também, para pensar um papel social e acessível do patrimônio. Ao sugerir que prédios históricos, monumentos e praças sejam pontos geográficos de referência, ela idealiza uma nova cartografia para a cidade pensada a partir da deficiência visual. Junto a isso, acaba por ressignificar o patrimônio pelotense, fazendo com que ele adquira um novo sentido para mais pessoas.

Essa é a principal relevância de se discutir a temática do patrimônio: a própria concepção de cidade está imbricada no que se considera bem cultural. E, se dentro dessa concepção, não esteve prevista, até então, a questão da acessibilidade, eis mais uma problemática a ser questionada: que patrimônio é esse? A quem ele serve e está acessível? Quem se identifica com ele? Pelotas, seus prédios e sua materialidade, são, assim, problematizados a partir da deficiência visual.

Os objetivos aos quais se propôs essa atividade são atingidos, no momento em que estão em pauta todos os assuntos que se trabalhou até então: habitar a cidade, fluxos, trajetos, circuitos, acessibilidades, sentidos, política e a deficiência visual. O trabalho estará se complementando com sua última atividade: as tintas comestíveis, explorando o olfato e paladar.

3.6 Oficina: Tintas Comestíveis – Aquarelas de pigmentação orgânica

Proposta: Explorar o olfato e o paladar a partir de aromas e gostos de temperos contidos no nosso dia a dia. Com as tintas, a proposta foi fazer um desenho de tema livre e dar um título a obra. O diferencial é que não é preciso ver para saber a cor, basta sentir o cheiro. Tampouco ver para desenhar, basta expressar o que sente através da inspiração pelos aromas. O preparo dessa oficina foi feito pela doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPel, Nicole Benemann. Para essa oficina também contei com o apoio da Andressa Pereira, que já esteve presente em vários dias de atividades, e da graduanda em Antropologia (também pela UFPel), Martha Rodrigues.



Figura 23 - Martha (à esquerda) e Nicole (à direita). Foto de Guilherme Rodrigues



Figura 24 - Foto de Guilherme Rodrigues



Figura 25 - Foto de Guilherme Rodrigues



Figura 26 - Edi, Adão e Estefani (estagiária). Foto de Guilherme Rodrigues



Figura 27 - Foto de Guilherme Rodrigues

Começamos as atividades passando os potes. Tínhamos tinta marrom, de café, vermelha, de morango, amarela, de mostarda e verde, de salsa. Alguns conseguiam identificar os aromas, outros não. Num dos grupos (de segunda-feira), muitos provaram as tintas, diferente do grupo de quarta (ninguém pôs na boca).

Marion foi a única que não identificou o cheiro do morango. Perguntei a ela se fazia tempo que ela não comia a fruta. Ela me respondeu: “ah, claro que faz...”. Colocamos a passar também um ramo de hortelã e manjericão, para completar a atividade de aromas.

Maior parte das pessoas se deliciam quando passa o aroma do café. Nicole pergunta sobre como fazem para cozinhar e saber que está pronta a comida. Falam no cheiro, no gosto, no tempo, na forma de mexer, na textura... Nicole fala um pouco do corpo e dos sentidos, de experimentarmos a vida com todos os sentidos engajados um ao outro.

Diego, que tem cegueira congênita e outras deficiências associadas, acertou três cores. Errou o amarelo. Ele se lembrou do morango e associou ao vermelho e ao tomate. Ele conheceu o cheiro do café na hora e falou na cor preta. E eu disse que ele estava certo, contudo a cor era marrom, por estar o granulado pouco diluído em água. Ele também se deu conta do verde, lembrando de macela, erva, “coisa verde”. O amarelo, ele lembrou de cachorro quente por causa do cheiro da mostarda, mas não sabia que cor era. Então eu disse que esse cheiro que tem no cachorro quente é amarelo.



Figura 28 - Fotos de Andressa Pereira



Figura 29 - Foto de Andressa Pereira

Após todos sentirem os quatro aromas, distribuimos as folhas de tamanho A5 (metade de uma A4, folha de “ofício”) e os pincéis. Alguns teriam que esperar pelo pincel. Só tinham dez unidades.

Dona Inês está preocupada que não consegue ver seu desenho. Queria por cores mais fortes, para ver melhor os contrastes. Só diz que não sabe se vai conseguir, que acha que não vai. A outra senhora ao lado ri ao dizer que não sabe nem como saiu aquilo que ela imaginava.

Fiquei auxiliando o Diego. Fiquei estimulando ele a reconhecer as cores pelo olfato e perguntando qual ele queria. Ele molhava na tinta uma única vez, e ficava fazendo movimentos circulares com o pincel praticamente no mesmo lugar, sempre. Com o peso da mão ia subindo, formando um espiral. Por fazer sempre no mesmo lugar com as quatro cores, fez um furo na folha.

Conforme o pessoal foi terminando, fui solicitando que dessem um título ao desenho, o qual eu escrevia na folha. Em seguida emprestava minha caneta de tinta nanquim para que eles assinassem seu desenho. O intuito era construir uma relação

de sentidos entre texto e imagem, além de proporcionar-lhes a sensação de autoria, tal como ocorre com a obra de artistas.

Seu João quis escrever um pensamento dele junto com o desenho, além do título. Seu Adão também quis escrever um verso poético. Fiquei auxiliando nessas escritas. Nicole e Martha estavam ativas também ajudando com as pinturas.

Giorgina, após falar que havia errado o desenho, tentando se justificar dizendo que estava ruim, falou do seu título: “Lembranças”. Disse que tentou desenhar lembranças de quando ela enxergava. Ela desenhou um sol, uma flor, uma casa.



Figura 30 - Foto de Andressa Pereira

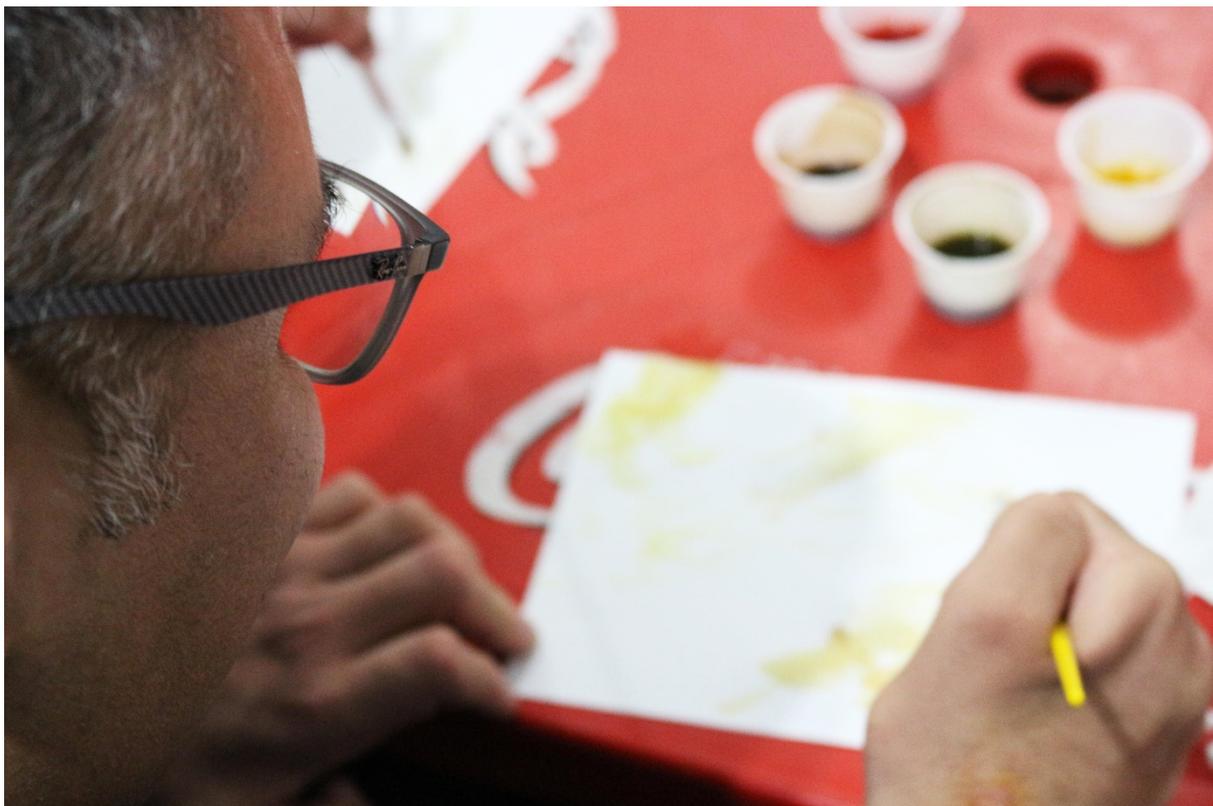


Figura 31 - Foto de Guilherme Rodrigues



Figura 32 - Giorgina. Foto de Martha Rodrigues



Figura 33 - Foto de Martha Rodrigues



Figura 34 – Regina. Foto de Andressa Pereira



Figura 35 - Alexandre "Xande", acompanhado de sua mãe. Foto de Guilherme Rodrigues



Figura 36 - Ítina (à esquerda), Edi e Adão. Foto de Guilherme Rodrigues

Passamos ouvindo as pessoas reclamando sobre seus medos de desenhar, errar, ficar feio, de nunca terem sido habilidosas, entre outras coisas. Contudo, o convite para cheirar as tintas e descobrir sua cor, bem como se expressar livremente em uma folha de papel, parece ter agradado demais. Todos, no final, estavam contentes com a atividade, querendo mostrar seus desenhos, fazer fotos com os amigos, comentar sobre o que fizeram.

Nicole finalizou a oficina ressaltando as experiências com o corpo no cozinhar, no andar pela cidade. Comenta sobre como que os sentidos estão engajados um no outro, fazendo de nós corpos multissensoriais, mesmo que tenhamos a cultura de compreender um mais importante que o outro (como o caso da visão).

Embora tenha encerrado o dia, eu só concluí a atividade dessas oficinas em meu último dia de campo no CRV, em 22 de novembro de 2017. Nessa data propus uma exposição dos desenhos no corredor da Instituição. Ao fim, fizemos uma foto coletiva para comemorar o fim desta etapa de trabalhos.



Figura 37 - Clóvis (à esquerda) e Marion. Fotos de Guilherme Rodrigues



Figura 38 - Fotos de Guilherme Rodrigues



Figura 39 - Foto Coletiva



Figura 40 - Foto Coletiva

Considerações Finais

Meu objetivo com esse trabalho foi de problematizar a cidade a partir da perspectiva das pessoas com deficiência visual e compreender como elas traçam seus trajetos diários. Para tanto, desenvolvi reflexões sobre a concepção histórica e antropológica da cidade moderna, apresentando Pelotas a partir dos padrões estéticos idealizados pelos grupos hegemônicos e refletindo sobre a exclusão social de deficientes visuais.

O mergulho etnográfico no campo do Centro de Reabilitação Visual Louis Braille permitiu ouvir o que as pessoas com deficiência visual tinham a narrar sobre suas formas de habitar. Realizar a pesquisa a partir do método etnográfico e da integração da observação participante, a fotografia e o desenho foram essenciais para compreender todas as questões colocadas a partir da perspectiva dos interlocutores.

Propus, então, uma antropologia em ação. Feita na prática das oficinas, as atividades propiciaram uma aproximação diferente com as pessoas, sendo os laços de confiança estabelecidos na interação em grupo e não somente em conversas individuais. E, aquelas informações que não puderam ser anotadas e evidenciadas através de escrita em campo foram descobertas e trabalhadas a partir das imagens e dos desenhos. Logo, os mesmos passam a escrever esse trabalho tanto quanto a produção textual.

E, no que tange à escrita etnográfica, esse trabalho também é uma compilação de alguns métodos de observação e grafia. A experiência de fazer com que as imagens falem por si, sem que as palavras as suprimam, é uma contribuição que essa pesquisa apresenta para as narrativas escritas pelos antropólogos e antropólogas. Penso que essa seja uma forma de maior comunicabilidade da Antropologia para com a sociedade e estimo que um dia isso venha a ser tão essencial para pesquisa antropológica quanto a articulação conceitual teórica e empírica através das grafias textuais.

Referências

AZEVEDO, Aina Guimarães. Diário de campo e diário gráfico: contribuições do desenho à antropologia. **Áltera – Revista de Antropologia**. v.2, n.º.2, João Pessoa, Jan-Jun de 2016. p.100-119. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/34737/17602>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

BISMARCK, Mário. **Desenhar é o desenho**. Praia da Granja, 2000. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19089/2/470.pdf>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

BISMARCK, Mário. **Desenho e aprendizagem**. Porto, 2005. Disponível em: https://sigarra.up.pt/fbaup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=46563. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

CERTEAU, Michel de. Cap. VII: Caminhadas pela cidade. In: **A invenção do cotidiano**. Vol. 1 Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. (p.169-191).

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação (online)**. n.º. 10, Porto Alegre, Jan-Abr de 1999. Disponível em: https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

GEERTZ, Clifford. Estar aqui: de quem é a vida, afinal? In: **Obras e vidas**. O antropólogo como autor. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. (p.169-193)

GURAN, Milton. **Fotografar para descobrir, fotografar para contar**. Dossiê 1 de Imagem. Anais do GT 26: Antropologia Visual e da Imagem. II Reunião de Antropologia do Mercosul. 1997.

_____. **Documentação Fotográfica e Pesquisa Científica - Notas e reflexões**. XII Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia 2012. Rio de Janeiro-RJ, 2012.

INGOLD. Tim. Pare, Olhe, Escute! Visão, audição e movimento humano. **Ponto Urbe** (*online*), nº. 3, São Paulo-SP, Julho de 2008. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1925>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

_____. **Estar Vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

KUSCHNIR, Karina. A antropologia pelo desenho: experiências visuais e etnográficas. **Cadernos de Arte e Antropologia**. v.5, nº.2. Rio de Janeiro, 2016. p. 5-13. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cadernosaa/1095?file=1>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

NOVAES. Sylvia C. O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia. **Cadernos de Arte e Antropologia**. v.3, nº.2. Rio de Janeiro, 2014, p. 57-67. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cadernosaa/245?file=1>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018

OLIVEIRA, Roberto C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: _____. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2006. p.17-35.

PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Stella (org.) **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 29-34.

PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In: _____ (org.) **História da Vida Privada. Da Revolução francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989-2006. p.307-323.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/cidade/historia> Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

RAGO, Margareth. A Desodorização do espaço urbano. In: **Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 163-206.

SAMAIN, Etienne. **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora UNICAMP, 2012.

VEDANA, Viviane. Sonoridades da Duração: Práticas cotidianas de mercado no mundo urbano contemporâneo. Uma introdução à construção de coleções

etnográficas de imagens. **Revista Chilena de Antropologia Visual** (*online*). nº. 11, Santiago, Junho de 2008. Disponível em: http://www.rchav.cl/imagenes11/imprimir/vedana_portuques.pdf. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.36-46.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: _____. **O desafio da cidade**: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. p.13-21.